

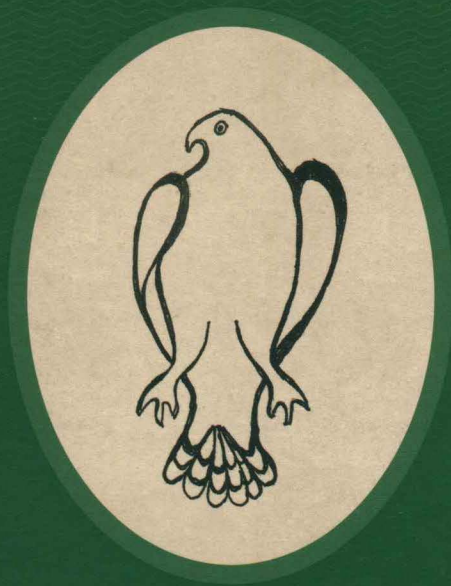
PADRE MANUEL DE AZEVEDO DA CUNHA

O Concelho do Topo da ilha de São Jorge

“Factos e nomes”
para a sua história (1558-1653)

Recolha, actualização do texto e introdução de

ARTUR TEODORO DE MATOS
BELARMINO RAMOS



Câmara Municipal da Calheta

2021

Manuel de Azevedo da Cunha Júnior, (1861-1937), padre. Nasceu na vila da Calheta, no dia 1 de janeiro, sendo o quinto filho do marítimo Manuel de Azevedo Cunha, da mesma freguesia e de Rosa Mariana da Trindade, natural da Piedade do Pico. Aos 13 anos ingressou no Seminário de Angra, onde foi aluno distinto, ordenando-se sacerdote no dia 19 de Maio de 1883 com 22 anos. No lugar dos Biscoitos, Calheta, iniciou nesse ano a sua actividade pastoral como cura capelão da ermida de Nossa Senhora do Socorro, onde se manteve até 1886, altura em que foi suspenso. Reintegrado em 1889, é colocado na matriz da Calheta como beneficiado, localidade onde havia residido.

Nesta vila viveu toda a sua vida, ao serviço da igreja e da cultura. E se não ficou registado o seu labor como sacerdote, também é certo que a dignidade paroquial de que era titular não consentia grande poder de intervenção. Abundavam, porém, ainda há bem poucos anos, os testemunhos da sua piedade, humildade, profunda generosidade e amor ao próximo. A consideração e o respeito em que era tido eram unanimemente comprovados por quantos tiveram o privilégio de o conhecerem e disso nos deram testemunho, tivessem ou não privado com ele de perto. Entregou-se com dedicação, entusiasmo e competência ao ensino. Com efeito em 1884, quase um ano após o regresso à sua terra natal, é nomeado professor da Escola Complementar da Calheta. Exerceu o magistério ininterruptamente até 1886, altura em que «certo governo mal intencionado perpetrou o crime de [a] extinguir», como escreveu. Aliás, o seu empenhamento na Escola Complementar da Calheta fê-lo decerto rejeitar uma transferência para a ilha de S. Miguel imposta pelo bispo da diocese D. João Maria Pereira de Amaral e Pimentel, o que motivou a sua suspensão.

A amizade e o orgulho pelos seus antigos alunos levaram-no a referi-los no começo do seu livro *Notas Históricas*, bem como os cargos que desempenhavam. Era o orgulho do mestre pelos seus discípulos ou o sucesso da sua experiência docente. Mas, além de mestre foi também compositor e musicólogo de reconhecido mérito. Fez música religiosa, principalmente alguma da qual ainda há anos era cantada na ermida do Bom Jesus na Fajã Grande, cujo devocionário também escreveu para a festa do seu orago. A ele se ficou a dever a recolha de várias canções populares, depois publicadas por César das Neves, no *Cancioneiro de Músicas Populares*.

Foi sobretudo à investigação histórica e etnográfica que consagrou quase toda a sua vida, recolhendo elementos que foi publicando no jornal *O Insulano*, sob a rubrica «Papeis Velhos». Com efeito, de 1896 a 1903 fez sair neste periódico do Topo cerca de duas centenas de relatos e outras notas respeitantes à história da Calheta e do seu concelho. E sob a mesma epígrafe no dito *Insulano* mas em folhetim, iniciou em Maio de 1903 a publicação de «Factos e Nomes» respeitantes ao antigo concelho do Topo. A suspensão daquele jornal alguns meses depois, tê-lo-ão impedido de ultrapassar o ano de 1653 descrevendo os factos e identificando os nomes.

Em 12 de Agosto de 1937, desiludido decerto com as contrariedades que a vida lhe havia proporcionado nos últimos anos, falecia com 76 anos, na sua residência da vila da Calheta, legando o fruto do seu trabalho aos estudiosos da história jorgense e a sua casa ao clero da Matriz daquela vila.

O CONCELHO DO TOPO DA ILHA DE SÃO JORGE

“Factos e nomes” para a sua história (1558-1653)

Padre Manuel de Azevedo da Cunha

O CONCELHO DO TOPO DA ILHA DE SÃO JORGE

“Factos e nomes” para a sua história (1558-1653)

Recolha, actualização do texto e introdução de
Artur Teodoro de Matos
Belarmino Ramos

Câmara Municipal da Calheta
2021

TÍTULO

O CONCELHO DO TOPO DA ILHA DE SÃO JORGE
“Factos e nomes” para a sua história (1558-1653)

AUTOR

Padre Manuel de Azevedo da Cunha

RECOLHA, ACTUALIZAÇÃO DO TEXTO E INTRODUÇÃO DE

Artur Teodoro de Matos

Belarmino Ramos

EDIÇÃO

Câmara Municipal da Calheta

CONCEÇÃO GRÁFICA

Sersilito-Empresa Gráfica, Lda.

DEPÓSITO LEGAL

489749/21

ISBN

978-989-33-2417-2

DATA

Outubro 2021

TIRAGEM

200 exemplares

GRAVURA DA CAPA

Tentativa de reconstituição do selo da Câmara do Topo,
pela artista Dr.ª Adriana Pires

Introdução

No jornal *O Insulano*, publicado no Topo da Ilha de São Jorge de 1893 a 1903, o Padre Manuel de Azevedo da Cunha (1861-1932), sob a rubrica “Papeis Velhos”, fez sair de 1896 até 1903 cerca de duas centenas de estudos respeitantes à história do concelho da Calheta¹. Eram sobretudo constituídos pela recolha de documentos, informações de variado tipo e temática sobre esse município que, na altura incluía o antigo concelho do Topo, extinto oficialmente em 1855, embora se mantivesse em funções até 1870. Muita dessa informação seria posteriormente aproveitada pelo autor e inserida em *Notas Históricas*.

Sob a mesma epígrafe e no mesmo jornal, mas em modo de folhetim, iniciou em março de 1903 “Factos e nomes” do antigo município do Topo, colaboração que só terminaria com a extinção daquele jornal em agosto de 1903, deixando por isso inacabado esse objectivo. Se, por um lado, em “Papeis velhos” já havia divulgado alguma informação do concelho do Topo, em os “Factos e nomes” seria provavelmente intenção do autor traçar a evolução histórica

¹ Sobre o Padre Manuel de Azevedo da Cunha veja-se o estudo introdutório de *Notas Históricas I. Estudos sobre o concelho da Calheta*, recolha, introdução e notas de Artur Teodoro de Matos, Ponta Delgada, Universidade do Açores, 1981, pp. IX- XXXI.

do município topense desde os seus alvares, talvez até à sua extinção. Para tal lançaria mão das fontes existentes, ou seja, do acervo do Arquivo Histórico da Câmara do Topo, então ainda disponível na Câmara Municipal da Calheta, sua herdeira².

Quando o primeiro subscritor preparava a edição de *Notas Históricas* do Padre Manuel Azevedo da Cunha deparou com tais informações e procurou recolhe-lhas, recorrendo a várias das colecções de *O Insulano* espalhadas pela Região e Continente Português, com a intenção de as vir a reeditar em forma de livro. A propósito, recorda com gratidão o entusiasmo e estímulo, além da imediata disponibilidade do Prof. Luís Nemésio Pereira Serpa, então Presidente da Câmara da Calheta, para que editássemos através do município tais “Factos e nomes” do concelho do Topo. Todavia outros afazeres inadiáveis fizeram protelar mais de quatro décadas a concretização desse desejo.

*

Se era intenção do Padre Manuel de Azevedo da Cunha, à semelhança do que posteriormente fez em *Notas Históricas*, sobretudo no tomo II, traçar a evolução histórica desse município em jeito de anais, deparou logo com a escassez de documentos. Julgava poderem encontrar-se em Angra “entre os papéis do governo da província dos Açores, ou senão nos arquivos da Torre do Tombo”, como justifica. Todavia, a documentação que afanosamente procurava não se encontraria em nenhum daqueles arquivos, até porque não se tratava de fontes que pudessem seguir para Angra e, muito

² Tal arquivo encontra-se hoje depositado em Angra do Heroísmo, na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luis da Silva Ribeiro, graças à intervenção do então director deste arquivo Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, que para ali levou alguma da documentação antiga existente na Câmara da Calheta. Assim conseguiu escapar às fatalidades com que a negligência humana tratou tal acervo.

menos, para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Os arquivos municipais sempre foram pertença e se conservaram nos locais de origem e, só por vontade expressa da vereação poderiam ser depositados em acervos de maior dimensão, como eram os distritais. Serão bons exemplos os arquivos de Velas, da Ribeira Grande, de Vila Franca do Campo ou do Nordeste. Quando não existem, é porque as intempéries do tempo ou o desmazelo humano se encarregaram da sua destruição. Infelizmente esta última causa é a mais frequente, já que nem sempre é devidamente acautelada a sua boa conservação. E, lamentavelmente a Calheta foi, ao longo dos anos, vítima dessa incúria. Aliás Manuel de Azevedo da Cunha tem noção desse relaxamento quando escreve:

“O arquivo da Câmara do Topo como o da Câmara da Calheta foi um pouco desprezado por aqueles a quem por patriotismo e dever profissional cumpria conservá-lo cuidadosamente intacto. A tal abandono acresce o acto de vandalismo praticado na Calheta, em maio de 1831, pela tropa invasora do famigerado tenente Borges. Entenderam aqueles soldados da liberdade que a constituição outorgada pelo Duque de Bragança era incompatível com a existência dos livros onde se achavam registadas as providências do regime transacto. E assim na primeira hora do seu triunfo, após o cobarde espingardeamento dos infelizes capitães Almeida e Mendonça, invadiram o edifício municipal trazendo para a praça grande quantidade de papéis, a que fizeram um glorioso “auto de fé. Lastimáveis excessos” comentaria Azevedo da Cunha³. Digam-se, a propósito, que face à necessidade de sustento da tropa de D. Pedro na Terceira alguns moradores do Topo ofereceram ao governo ali instalado, 6 bois e 14 novilhos⁴.

³ O Padre Manuel de Azevedo da Cunha descreve pormenorizadamente tais acontecimentos em *Notas Históricas* II, já cit., pp. 803-813

⁴ Id. *ibidem*, p. 913.

Segundo Gaspar Frutuoso, Willem van der Haegan (o conhecido Guilherme da Silveira), terá chegado ao Faial com a esposa e outros seus conterrâneos por chamamento de Jos d'Utra (Jorge d'Utra ou Dutra) em data posterior a 1468, talvez em 1470 como defendeu João Teixeira Soares de Sousa. Depois de deambulações por algumas das ilhas do arquipélago, ter-se-á fixado no Topo, "onde se aposentou", como refere Frutuoso, acrescentando:

"houve muitas terras em que semeava seu trigo e pastel, e tantas criações de gado que quase todo aquele Topo era seu, onde viveu muitos anos com sua mulher [...] e ali viveu muito honradamente com tão grande abundância [...]. E teve muitos filhos e filhas, que casaram depois muito honradamente e são dos principais e da principal geração que há nas ilhas de São Jorge Faial e Terceira por onde se espalharam, vivendo sempre Guilherme da Silveira tristissimamente e mui católico e homem de muito bem-fazer, sendo a sua casa como estalagem para quantos iam e vinham àquela terra, até que foi Deus servido de o levar para si"⁵.

Mas de uma situação de fertilidade da terra e de grande proveito, "levando as chuvas a terra ao mar, vieram a ser estéreis", já que nem coelhos ali se criavam mas apenas cabras, no testemunho do mesmo cronista. Terá, porventura, aproveitado as terras da costa sul, na Ribeira Seca, para as culturas que tão grande proveito lhe haviam trazido, já que como comenta Frutuoso, "aquele Topo de São Jorge não podia fazer ninguém rico".⁶ Veio a falecer por volta de 1510, ano em que a localidade é feita vila, sendo o dia 12 de Setembro a data tida como a da ereção de município. Foram escolhidas como armas um açor, colocado verticalmente e de frente, gravado

⁵ Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI, ed. de João Bernardo de Oliveira Rodrigues, Ponta Delgada, Instituto Cultural, p.259.

⁶ Idem, *Ibidem*, p. 232.

em sinete oval, sem qualquer legenda⁷. Atente-se que ficando o Topo defronte da Terceira, é muito provável que tivesse sido o local onde desembarcaram os primeiros povoadores⁸. Acrescenta ainda Manuel de Azevedo da Cunha que, tendo sido concedida a donataria de São Jorge ao donatário de Angra, João Vaz Corte Real é possível que muitos dos que o acompanharam terão vindo “reforçar o início da colonização do *Vandaraga*”⁹.

Boa parte da nobreza insular considera, entre os seus antepassados Guilherme da Silveira. E se as fontes conhecidas dão como certo não só o seu brasão de armas confirmado pelo rei D. João II, também asseveram o malogrado incêndio ocorrido na ilha Terceira, que lhe queimou parte da sua fazenda com os papéis e “liberdades que trazia de sua pessoa”¹⁰. Descendentes do povoador do Topo

⁷ J. Duarte de Sousa. *Ilha de S. Jorge. Apontamentos Históricos e Descrição Topográfica*, Velas, Câmara Municipal, 2003, p. 163 e José Cândido da Silveira Avelar, *Ilha de S. Jorge (Açores). Apontamentos para a sua História*, Horta, tip. Minerva Insulana, 1902, p. 142. Na capa deste livro apresentamos uma tentativa de reconstituição desse selo elaborado pela artista e nossa querida Amiga Dr.^a Adriana Pires, a quem reconhecidamente agradecemos. Estamos também gratos ao Dr. José Avelino dos Santos, técnico superior da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luis da Silva Ribeiro, que percorreu todo o acervo do município do Topo à procura da marca de tal selo, sem contudo a ter encontrado. Será que o recorte feito num documento é indício que foi dali retirado?

⁸ Sobre o assunto veja-se o estudo de Artur Teodoro de Matos, “Síntese Histórica (1427-1580)” e bibliografia aí indicada, in *História da Arte nos Açores (1427-2000)*, coordenação científica de Delfim Sardo, João Vieira Caldas, Vítor Serrão, Angra, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 2018, pp. 21-31 e Avelino de Freitas de Meneses, *A Ilha de São Jorge. Uma síntese Histórica*, Ponta Delgada, Letras Lavradas edições, 2013, pp. 31-34.

⁹ As citações que aqui fazemos são oriundas de “figuras e factos” do Padre Manuel de Azevedo da Cunha. Quando tal não acontece indicamos a fonte.

¹⁰ Veja-se o que sobre o assunto escreveu Martim Afonso Jardim Cunha da Silveira, “Do contributo flamengo nos Açores” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XXI-XXII (1963-1964). Angra do Heroísmo, pp. 107, 112 e 114-115 bem como as fontes aí indicadas. Agradecemos ao Dr. Jorge Forjaz

ocuparam lugares de relevo na administração açoriana. A título de exemplo refira-se que um dos seus netos, também chamado Guilherme da Silveira, foi ouvidor do capitão donatário em São Jorge e seu 1.º capitão-mor (1571). Um outro, Diogo Gomes da Silveira foi também o 1.º capitão-mor do Faial e governador militar da ilha do Pico (1573-1578). Francisco Silveira Vila-Lobos, bisneto do patriarca do povoamento, formado em Coimbra, seria ouvidor de justiças na ilha montanha¹¹.

Escreve ainda o Padre Azevedo da Cunha, que desde o início até à época contemporânea, foram os Silveiras, aliados aos Matos e Ávilas as famílias de maior preponderância no concelho. Ao longo do tempo viriam a relacionar-se, por consórcio, com as casas mais ricas da ilha e de fora dela. Aponta mesmo o caso do morgado João de Bettencourt, que vindo de Angra para o Topo no início de Setecentos, aqui casaria com D. Maria Joana, filha do capitão-mor Gabriel da Silveira Borges, ou o caso dos Noronhas e Amorins que, oriundos da mesma cidade, aqui também se fixaram. Esclarece também que dos registos paroquiais “até onde eles remontam”, dos casamentos realizados no Topo ou na Ribeira Seca (São Tiago) um dos cônjuges seria daquela localidade. Aliás, a Vila Nova do Topo mantém ainda uma distinta arquitectura, fortemente marcada pela da cidade de Angra, com quem manteve ao longo dos séculos fortes relações. Basta lembrar as carreiras marítimas — que chegaram à segunda metade novecentista — sobretudo asseguradas pelos iates

ter-nos alertado para este assunto, bem como para o brasão dos Silveiras, também apontado por Martim Cunha da Silveira em tal estudo, mas que havíamos olvidado por completo. Veja-se no final deste estudo a reprodução de tal brasão.

¹¹ Martim Afonso Cunha da Silveira, “Do contributo flamengo nos Açores”, já cit., p. 108. Veja-se no final deste estudo as armas dos Silveiras que encimam o altar de Nossa Senhora do Guadalupe na igreja da Conceição do antigo convento de São Francisco da vila das Velas.

que tinham o Topo como primeira ou última escala, consoante a embarcação partisse de Angra ou tivesse como destino final aquela cidade. Tal influência era até perceptível em alguns costumes, como a tradição da carapuça, que daquele tipo apenas era de uso comum no Topo e não nas demais freguesias da ilha de S Jorge, como refere Duarte de Sousa¹².

Quem ainda hoje visita a Vila Nova do Topo, logo depara com a nobreza do seu casario, particularmente evidenciado na rua principal que se estende do Império do Divino Espírito Santo até à matriz de Nossa Senhora do Rosário. Apesar das transformações que tal igreja sofreu merecem particular a atenção alguns retábulos cujas esculturas refletem cenas do quotidiano laboral daquela localidade.

Aliás o esplendor dos festejos do Espírito Santo teriam maior proximidade com pelo menos alguns da ilha Terceira, do que com os da própria ilha de São Jorge. Recorde-se que já em 1662 um testador — José Goulart — deixava vinte alqueires de terra, cujo rendimento reverteria “para as obras de Espírito Santo”¹³. A propósito escreve Silveira Avelar, que “entusiasmo e abundância de esmola, era nesta vila quando toda a jurisdição constituía uma só freguesia”, pois revestia grande esplendor. E explica:

“Começando no sábado pelos marítimos continuava no domingo de Pentecostes, segunda e terça, distribuindo-se a cada pessoa e em cada um dos três dias dois bolos, coscorões, tremoços e vinho. Em cada um destes dias coroava um dos principais cavalheiros da vila, havendo sempre espectáculo ao ar livre, fogo e música pela filarmónica da vila que ainda existe. Não faltavam descantes e

¹² José Cândido da Silveira Avelar, *Ilha de S. Jorge (Açores). Apontamentos para a sua História*, Horta, Tip. Minerva, 1902, p. 145.

¹³ Cf. Artur Teodoro de Matos, *Aliviar a consciência e cuidar da alma: Testamentos da Ilha de São Jorge (1518-1656)*, Lisboa, Católica Editora — CEPCEP, 2020, p. 18.

bailes no arraial.”¹⁴ O primeiro sinal da festa é dado pelos foliões que dirigindo-se a casa do mordomo, onde se acha a coroa, que como refere o Padre Manuel de Azevedo da Cunha, cantavam o seguinte:¹⁵

Esta rua cheira a cravo,
Cheira a rosa que rescende
É o manto da mordoma,
Que na janela se estende

E continua Silveira Avelar: “Na rua principal onde está o *império* de pedra e na qual se executam os festejos há casas cujas janelas pertencem a seis ou sete e mais pessoas para gozarem da festa. Estas casas pertencendo na maior parte a gente dos arrabaldes não se vendem, nem por inventário qualquer herdeiro fica com a parte descrita: todos compartilham nela por igual para aproveitarem os dias de festejo. Presenciei em 1879, janela na dita rua, com oito e mais cabeças de pessoas que no uso da sua posse gozavam do arraial. Dos arrabaldes no sábado conduzem em carros camas e outros utensílios para se hospedarem e retiram na quarta-feira, não sendo raro ver desfilar ao sainte da vila entre trinta e quarenta carros, puxados por bonito gado, levando os romeiros para os seus aposentos”¹⁶.

Ocorre-nos recordar, a propósito, o belo texto do nosso conterrâneo Armando Narciso — hoje talvez pouco lembrado — que ao referir-se na generalidade a tais festejos nas nossas Ilhas escreveu nos anos trinta passados:

¹⁴ José Cândido da Silveira Avelar, *Ilha de S. Jorge (Açores). Apontamentos para a sua História*, Hora, Tip. Minerva Insulana, 1902, p. 346

¹⁵ *Notas Históricas. I Estudos do concelho da Calheta*, p. 452.

¹⁶ José Cândido da Silveira Avelar, *Ilha de S. Jorge*, já cit. p. 346.

“Os velhos e tradicionais impérios do Espírito Santo são ainda hoje, nas Ilhas pequenas o que eram nos primeiros tempos da colonização. Carros de bois embandeirados de todas as cores, enfeitados com giesta florida, o gado salpicado de rosetas de papel vistoso, os chavelhos engrinaldados de flores, seguem pela aldeia em cortejo como se fossem festejar um velho deus pagão da Agricultura.” E prossegue: “Mas reconto que é um Império, onde um rústico campónio é coroado Imperador, ao som dos hinos sagrados. Na cabeça ele leva um diadema de prata e na mão o cetro reluzente da realeza. Rodeiam-nos os foliões, improvisando cantigas e dançando ao som da música, como os jograis da Meia Idade, nas côrtes opulentas”¹⁷

Está assim convicto que a colonização de São Jorge começou pelas extremidades da ilha irradiando, conseqüentemente, para os pontos centrais. Tal opinião não será corroborada por outros historiadores que atribuem às Velas um núcleo de povoamento mais antigo, até porque essa localidade é já referida no testamento do Infante D. Henrique de 1460. Todavia, a serra do Topo é obstáculo suficiente para que as poucas gentes dos dois núcleos não comunicassem, ou até nem se conhecessem. Desembarque, pela sua proximidade com a Terceira, não é de excluir de todo.

Apesar do autor asseverar a prioridade do Topo no povoamento de São Jorge, não deixa de concluir que “da povoação flamenga” como a denomina, nenhuns vestígios existem e precisa: na “acentuação de linguagem, corrupção dos vocábulos, usos e costumes”. No entanto aponta-lhe algumas características das raças do Norte: “brancura da tez, o azulado dos olhos, o loiro dos cabelos e a barba ruiva”, particularmente visível nos que usavam os apelidos Silveira, Matos, Ávila e Goulart. Terá razão o autor?

¹⁷ Armando Narciso, *Terra Açoreana. Monografia Romantica*, Lisboa, Edições Paulo Guedes, 1932, s/p.

O concelho do Topo, situado no extremo sueste da ilha de São Jorge estendia-se da ribeira de São João e das Pedras Brancas até ao mar, abrangendo ainda o ilhéu que lhe está próximo, ocupando uma área de cerca de 9,5 km² que hoje se encontra integrado no concelho da Calheta. Dispunha de igreja paroquial dedicada a Nossa Senhora do Rosário, da ermida de Santo Antão (reedificada e ampliada e “dotada pelo padre Ambrósio” e elevada a paróquia por decreto de 6 de Junho de 1889; da ermidas de Nossa Senhora da Ajuda (outrora da invocação de São Lázaro e mandada construir por João Pires de Matos) e ainda das ermidas de São Pedro, São Tomé, Santa Rosa e São João, esta na Fajã do mesmo nome. Note-se que o autor afirma ter sido fundada por Baltazar da Cunha em 1850, o que não é verdadeiro como se deduz do seu próprio texto. Será 1580, tratando-se provavelmente de uma gralha?¹⁸ Se Gaspar Frutuoso não a refere, já Frei Diogo das Chagas, que escreve a sua crónica na segunda metade seiscentista, dá-nos conta da sua existência na dita Fajã¹⁹. E se um Baltazar da Cunha aparece mencionado num exame à quantidade de trigo dos moradores em março de 1558, o mesmo nome surge também em 1618 em idêntico exame. Aí é referido não só como estando provido do mencionado cereal, como sendo um dos maiores proprietários. Será este o fundador da ermida de São João da Fajã do mesmo nome?

De erecção mais tardia é o convento franciscano de São Diogo cuja criação se deve a um beneficiado da matriz de Topo, padre

¹⁸ Num imposto lançado em 1560 Baltazar da Cunha era apontado como um dos maiores proprietários da jurisdição, já que pagava 170 réis, que seriam o maior imposto. E, num exame à produção de trigo, ocorrido em 3.09.1568 é referido um Baltazar da Cunha que afirmava não poder vender, porque precisava “de todo o seu trigo para sua provisão”.

¹⁹ Frei Diogo das Chagas, *Espelho Cristalino em Jardim de Várias Flores*, direcção e prefácio de Artur Teodoro de Matos, colaboração de Avelino de Freitas de Meneses e Vítor Luis Gaspar Rodrigues, Ponta Delgada, Universidade dos Açores-Secretaria Regional da Educação e Cultura. 1989, p. 502.

Diogo de Matos da Silveira (1580- 1667), que o instituiu em 1661 e o dotou de património que foi ao longo do tempo aumentando substancialmente²⁰. Manuel de Azevedo da Cunha elenca os seus padroeiros, bem como as funções militares ou eclesiásticas de cada um. A extinção das Ordens Religiosas em Portugal, em 1834, poria fim a uma instituição que na altura contava com 12 regulares, sendo metade deles, sacerdotes²¹. Entre os frades registre-se a presença do Irmão corista, Manuel Bernardo de Sousa Enes, que viria a ser bispo de Macau, Bragança e Portalegre e a quem Manuel de Azevedo da Cunha classifica de homem distinto “pela sua tão longa aprendizagem, pela prudência e pela bondade” e conclui: “Honrou a família, e a terra onde nasceu”²².

Reedificado após o sismo de 1757, seria completamente desvirtuado da sua antiga arquitectura inicial, com a grotesca reconstrução feita em consequência do terramoto de 1980. Apenas a capela a ele anexa e erguida posteriormente, manteria a sua traça inicial. Infelizmente os jorgenses tiveram quase sempre a desventura de, ao longo do tempo, ver desrespeitado o seu património histórico.

*

Como se aludiu, seria eventualmente desejo de Manuel de Azevedo da Cunha traçar a evolução cronológica do concelho topense, talvez à maneira de anais e seguindo o modelo que depois adoptaria para o concelho da Calheta. Todavia como justifica “os estragos do tempo nos livros que restam e porque se achava lastimosamente” truncada a sequência de tais códices, limitara-se a coligir algumas

²⁰ Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro, *Livro do tombo do convento de São Diogo* (1661-1834).

²¹ Veja-se sobre o assunto Manuel de Azevedo da Cunha, *Notas Históricas. I Estudos sobre o concelho* da Calheta, já cit., pp. 323-326.

²² ¹⁹ Cf. Manuel de Azevedo da Cunha, *ob. cit.*, I — *Estudos sobre o concelho da Calheta* (S. Jorge), p. 326.

notas da vida municipal dos povos daquele concelho e das providências que “envolvam certo interesse e curiosidade”. Não se torna por isso fácil motivar razoavelmente o leitor comum na leitura de tais “factos e nomes”, dada a sua dispersão e escassez de conteúdos, além da reduzida amplitude cronológica desses acontecimentos. Recorde-se que o seu limite cronológico é o ano de 1653 e, para mais de uma dúzia de anos, apenas se conhecem os elencos camarários. Se é certo que se tratava de um muito pequeno concelho, há sempre algo que marca o quotidiano de uma qualquer localidade.

Apesar do concelho do Topo existir desde 1510, o autor só logrou alcançar livros de vereações ou apenas algumas folhas, a partir de 1560, embora conseguisse identificar muitos dos homens da governação anteriores a este ano que, como escreve “eram certamente filhos dos primeiros colonos ou netos dos que primeiro arrotearam os pitorescos vales da parte oriental da ilha”. Mesmo assim, julga ter podido apresentar uma desenvolvida lista dos moradores do Topo numa altura em que D. Sebastião contaria 6 anos de idade, ou seja 1563. Todavia não o faz senão de modo parcelar.

De 1560 ainda logra identificar os dois juizes, um dele, por sinal, galego e morador na Ribeira Seca, o mesmo número de vereadores, o procurador do concelho, escrivão da Câmara, dois tabeliães e um porteiro. Certamente pela iliteracia existente na altura o escrivão era também um dos tabeliães, até porque dos que exerceram tais cargos nem metade sabia assinar e faziam-no de cruz “ou com sinal próprio e arbitrário”. Mais tarde os corregedores proibiriam o exercício de cargos municipais a quem não o soubesse fazer.

Se bem que a autoridade concelhia na altura detivesse um âmbito suficientemente amplo e uma ingerência controladora e directa no quotidiano da sociedade, a todos sobrepunha-se o ouvidor do capitão-donatário Manuel Corte Real que, por sinal, na altura, era Guilherme da Silveira (neto do patriarca do povoamento do Topo) que emitia as denominadas “cartas de usança” e dava

posse à vereação eleita. Assim aconteceu em 6 de dezembro de 1560, altura em que autorizou Diogo de Matos²³ e João Rodrigues a exercerem de novo as mesmas funções da Câmara e que eram respectivamente a de juiz e a de procurador do concelho²⁴. Mas, para além da autoridade do ouvidor, que não sendo executiva era hierarquicamente superior, contudo era o representante da autoridade do capitão donatário na ilha. Tinham também grande poder de intervenção os corregedores, que nas frequentes visitas aos concelhos fiscalizavam e impunham normas de cumprimento obrigatório, por vezes até arbitrárias.

A 9 de janeiro a Câmara reunida com toda a “governança”, acordaria em que se solicitasse ao ouvidor autorização para “tausar” (taxar) a população, porque só assim poderiam pagar-se os salários do escrivão da Câmara, do porteiro do concelho, além de outras pequenas despesas. A permissão do ouvidor — então denominada “carta de licença” — chegaria em Maio desse ano de 1568, podendo assim o município lançar a “tausa” pelos moradores, que totalizou pouco mais do que 3\$000. Para esse procedimento invocava a carência de receitas.

De facto dessa “tausa” foram arrecadados 3\$226 que permitiram satisfazer os encargos urgentes que, aliás, se ficaram pelos 2\$826, embora o tausador (arrematante ou lançador) Gaspar Fernandes, tivesse posteriormente desembolsado 400 rs que haviam ficado por arrecadar.

²³ Supomos que era filho de João Pires de Matos e de Ana Silveira e, por isso, também neto de Guilherme da Silveira, o povoador do Topo. Veja-se o testamento **1** contido em *Aliviar a consciência e cuidar da alma: Testamentos da Ilha de São Jorge (1518-1656)*, Lisboa, Católica Editora, 2020, pp. 27-30.

²⁴ Veja-se, adiante, no respectivo texto, a transcrição integral dessa “carta de usança”. Aliás a quase totalidade dos elementos que nos servimos foram colhidos do texto do Padre Manuel Azevedo da Cunha que adiante se publica integralmente.

Quais seriam então os bens do concelho? Da transição da vereação de 1559 para a seguinte já indicada, poderemos vislumbrar os haveres móveis e imóveis. Estes reduziam-se ao essencial, mas no tempo talvez suficientes para as parcas necessidades do concelho e que se guardavam — excepto naturalmente os imóveis — numa caixa. Esta continha:

Um cofre, saco vazio e pauta de eleição; padrões de ferro de uma arroba, meia, oito, dois, um e meio arrátel, além de uma quarta; alqueire, meio, quarta, meia quarta, maquia e meia maquia; balança de ferro e outros pesos; canada, meia, quartilho, etc.; duas varas de almoçar (taxar); curral do concelho com duas chaves, além de “outras coisas” que o autor não referiu, mas que eventualmente era de interesse conhecer nos nossos dias.

Seria ainda entregue pelo vereador Francisco Fernandes um “rol de prometimento” ou seja, uma relação dos que se haviam comprometido a contribuir para a reparação do sino que ascenderia a 1\$200 réis, tendo já sido arrecadados 47% desse custo. O restante ficaria à conta da fábrica da igreja. O mesmo vereador não esqueceu dar conta de 200 réis de “mandados de condenação”, resultantes de infrações cometidas por dois moradores indicados e de 20 réis de condenação pagos por cada um dos três membros da vereação anterior, por não terem registado na Câmara os sinais do seu gado. O rigor das contas na passagem de testemunho parecia ser de facto exemplar, como se conclui do final da acta:

“E pelo procurador passado não dar mais conta ao juiz do ano presente, lhe mandou aí que sob cargo de juramento que lhe foi dado em o dito ofício, se acordasse até sábado se sabia e tinha alguma outra coisa do concelho — que viesse de narrá-la neste livro”.

Na opinião de Azevedo da Cunha, tal seriedade, ou “forma de descargo submetida a um juramento religioso” como a classifica,

contrastava com o que então se passava na Índia e em outros territórios ultramarinos portugueses. Aqui em sua opinião, “famigerados capitães portugueses exerciam as mais repugnantes depredações, espalhando por toda a parte o terror de bandidos armados”. E comenta, com ironia: “Glória a Deus nas alturas!” Segundo Gaspar Frutuoso, a vila do Topo teria por esta altura 87 fogos a que correspondia uma população de cerca de três centenas e meia, das quais seriam de comunhão apenas 250²⁵. Não abundariam certamente muitos adultos capazes de desempenhar funções que exigissem alguma literacia. Se o requisito mínimo de subscreitar o nome foi o imposto, para outras funções eram necessários mais alguns saberes. Foi certamente o caso de Pedro Dias, que sendo já um dos dois tabeliães existentes na vila, em 1559, acumularia com o cargo de escrivão da Câmara no ano seguinte, recebendo por tal função 800 réis anuais.

Mas nem todos os cargos eram remunerados a dinheiro. O porteiro da mesma instituição, por exemplo, seria pago anualmente em numerário e cereal, auferindo 400 réis e meio moio de trigo²⁶. Aliás, tanto o cereal como também a carne eram produtos taxados pela Câmara. Nos anos de 1558-60 o arrátel de trigo custava 4 réis, o mesmo que igual quantidade de carne de carneiro. Já a de cabra custaria apenas 3 réis, sendo a de porco com toucinho a 5 réis. Não há referência a carne de bovino.

Se prosseguirmos no tempo verificamos que na mudança da vereação de 1622 para o ano seguinte, o património camarário

²⁵ Gaspar Frutuoso, *Saudades da Terra*, Livro VI, já cit., p. 233.

²⁶ O moio no Topo, equivalia a 60 alqueires e a 848 ou 849 litros. Sobre o assunto consulte-se José Joaquim da Graça, *Systema Legal de Medidas*, Lisboa Tipografia Universal, 1864, p. 138 e *Mappas da Medidas do Novo Systema Legal comparadas com as antigas nos diversos concelhos do Reino e Ilhas*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1868, p. 6.

havia aumentado substancialmente nestas mais de seis décadas, como se deduz da respectiva acta, entregando os oficiais cessantes:

“Esta casa do concelho, fechada, com cinco bancos, a mesa dos tabeliães, a sede onde fazem os juízes as audiências com sua grade pelo meio da casa, sua arca fechada onde estão os livros desta Câmara e o livro de ordenação”. Entregaram-lhe ainda a casa do açougue com seus pertences e curral do concelho, casas mandadas construir no ano antecedente, por ainda não existirem.

Fariam por fim a entrega dos tradicionais símbolos do poder judicial como sejam o pelourinho com seu cepo e grifa, a forca, além dos padrões de pesos e medidas já existentes do século anterior.

Território essencialmente agrícola o Topo foi sempre considerado um dos celeiros da ilha. E numa altura em que a cultura do milho era inexistente, a do trigo tornava-se a prevalecente e considerada a riqueza principal do concelho. Pela produção deste cereal se avaliava a riqueza do proprietário e pelos impostos que sobre ele lançavam assim se estimava o seu poder económico. Era como se sabe guardado em covas, alguma delas ainda há poucos anos visíveis em algumas ilhas açorianas.

Perante os poucos elementos que o Padre Manuel de Azevedo da Cunha conseguiu recolher, não se torna fácil estimar, com alguma precisão, a produção cerealífera topense nestes remotos tempos quinhentistas. Todavia o exame que periodicamente a Câmara fazia ao trigo existente permite-nos recolher elementos que, não sendo absolutos, constituem referência de algum valor histórico e, sobretudo, constatar uma certa abundância cerealífera no concelho. Recorde-se que por esta altura o trigo era encovado na rua que ia da gruta até à canada do Agostinho. Aliás na ilha das Flores, ainda há bem poucos anos eram visíveis tais sítios como nos fez notar o saudoso Pedro da Silveira numa deslocação que ali fizemos, num dos colóquios de *O Faial e a Periferia Açoriana*.

Num exame ao trigo realizado em 9 de Março de 1560 a 39 moradores (que representaria c. 34%, da população, tendo por base a informação de Frutuoso), 16 dispunham de 7,5 moios para exportação, além de que um deles não o havia declarado e o outro, por o ter ainda encovado, desconhecia do que poderia dispor. Uma dúzia desses moradores possuía o trigo suficiente para suprir as suas necessidades. Todavia onze careciam de c. de 3 moios, o que representaria c. de 4% da população.

Já num outro exame ocorrido em 3 de Setembro desse mesmo ano a 43 moradores verifica-se que 12 dispunham de um total de 94 moios de trigo para venda e 14 careciam de c. de 7 moios para o seu sustento e da família. O mesmo número de moradores, 12, possuía trigo suficiente. Note-se ainda que alguns dos declarantes usavam de alguma cautela em declarar disponibilidade para exportar, ou porque desejassem precaver-se para um consumo abundante, ou porque estivesse ainda encovado ou até porque a mudança de residência pudesse exigir uma maior cautela, como foi o caso de Lucas Maciel que tencionava transferir-se com a família para a ilha Terceira.

Numa altura em que a dieta alimentar não só era pouco variada, o pão constituía a base da alimentação e, sobretudo, o trigo a riqueza principal do concelho. É por isso natural que sobre ele incidisse alguma imposição. Era de facto uma importante fonte de receita do pequeno concelho. Se se desconhece a percentagem com que eram taxados os moradores, sabemos que em 1560 eram Baltazar da Cunha e Pero Jorge os maiores proprietários do concelho, pagando cada um deles 170 réis²⁷. Aliás o problema do abastecimento da população, particularmente agravado em época de maus anos agrícolas, era preocupação do município que dispunha especificamente

²⁷ Vejam-se no texto do Padre Manuel de Azevedo da Cunha as anotações que fizemos sobre eles.

de dois “juizes das farinhas” para zelarem por um regular e normal abastecimento e pelo cumprimento do “rendeiro das farinhas” arrecadadas. Desconhecemos em que situação, mas que também teria o dever de providenciar a moenda do cereal, já que em 1607 era punido com 100 réis por não estar no moinho como era seu dever.

Em meados de seiscentos os moradores estavam privados de usar as atafonas, já que havia um único moinho na jurisdição — o chamado moinho del Rei — situado na ribeira de São Tomé — o único que existia no concelho e que tinha o exclusivo da moenda. Aliás o moleiro tinha por dever manter a candeia acesa toda a noite e picar as pedras (moendas) três vezes por semana, além da obrigação de carregar e descarregar os sacos, sob pena do pagamento de 500 réis.

Em anos de carência cerealífera era vedada, através de postura, a sua exportação. Com receio de que o povo padecesse, a Câmara mandava distribuir trigo aos padeiros para que, depois de moído, “amassarem pão ao povo”, como aconteceu em 1617. Meia dúzia de anos mais tarde eram nomeadas padeiras do concelho, Águeda da Silveira e Francisca Rodrigues. Tenha-se presente que em maus anos agrícolas não só era proibida a exportação do trigo, como do centeio e da cevada como até, em alguns casos, da cera, coirama e até de vinho. Chegou mesmo a impor-se o encerramento dos portos em consequência dessa falta de mantimentos. O transgressor perderia o carro, a besta de transporte, o barco e escravos, além de ser penalizado em 10 cruzados²⁸.

Uma outra cultura objecto de alguma atenção camarária era a da vinha. Plantada sobretudo na Fajã de São João ou na Ponta da ilha, cuja tradição chegou aos nossos dias, como aliás a da mesma Fajã. Em 1623 a produção atingia as 120 pipas, cabendo ao capitão donatário a respectiva dízima, ou seja as 12 pipas que lhe seriam

²⁸ O cruzado equivalia a 400 réis, que significa, portanto uma pesada pena.

enviadas. Aliás a faina da vindima exigia naturalmente mão-de-obra que teria de ser alimentada durante essa faina. Daí que os interessados requeressem à Câmara que obrigasse António Soares “com seus companheiros” a irem à pesca três vezes por semana. Teriam também de varar o barco na mesma Fajã “para utilidade dos moradores”, sob pena de 200 réis “pagos da cadeia” se se recusassem a ir ao mar. Parece que António Soares não seria homem de grande preocupação no cumprimento das suas obrigações. É que não só ele como Francisco Rodrigues, João Soares e Gaspar Gomes não compareceram ao trabalho quando estava em curso o lançamento do caminho para a mesma Fajã de S. João, apesar de serem seus moradores. A cada um, ser-lhes-ia aplicada uma multa de 30 réis que correspondia, na altura, ao salário de um dia de trabalho.

Acrescente-se ainda que nesta data — 1623 — estava ao culto a ermida de São João que pensamos ser de erecção de final quinhentista como se referiu. É que em Dezembro desse ano Diogo Vaz Salgado apresentava à Câmara a provisão de mamposteiro da Santíssima Trindade que se ocupava da redenção dos cativos ficando aí registada. Competia-lhe, por isso, servir na igreja da vila e na ermida de São João. Por tal função adquiria alguns privilégios, como o de estar desobrigado de levar castelo em procissões, isento de aposentadorias, de ser besteiro do conto etc. Recorde-se que era mamposteiro-mor de toda a ilha de São Jorge Gaspar Pacheco Maciel.

Na Fajã de São João havia dois criadores de cabras que construíram um curral na Ribeira de São João. Mas por impróprio, elas haviam causado grande destruição nas vinhas da Fajã, pelo que se foram queixar ao procurador do concelho. Levado o assunto a verificação, esta acabaria por ordenar não só o pagamento dos prejuízos como lhes atribuíram uma pena de 1\$000 réis. É que na opinião da mesma verificação “a gente desta vila não tem outro refresco senão as ditas vinhas”. Aliás, desde muito cedo a Fajã de São João afigurar-se-ia como produtora de vinho que era exportado pelo seu porto

que existiria já em 1618. É que nesse ano a Câmara ordenava aos moradores da Ribeira Seca se munissem de alviões e enxadas para “irem fazer o caminho do porto da Fajã de São João”, sob pena do pagamento de 200 réis para o concelho e para os cativos.

Mas se abastança de um morador era avaliada pela produção cerealífera também nela era mencionada a sua capacidade de produção de vinho. Alude-se com o exemplo de uma proposta para o exercício do cargo de capitão-mor em 1761 em que foi indicado José Francisco da Silveira e no seu curriculum averbava-se o facto de ser filho e bisneto de capitães-mores e receber anualmente de rendas 4 moios (já certamente de trigo e milho) além de 3 pipas de vinho²⁹.

Mas nem só de cereal se alimentaria o povo, nem do peixe ou da carne dos animais. A vereação topense desde muito cedo se viu confrontada com a obrigação de promover a agricultura no concelho. Já em 7 de abril de 1560 era lançado um pregão para que se fizessem favais, aboborais, horta de hortaliça e se plantassem vimeiros e outras árvores. Esclareça-se que tal diretriz havia sido imposta pelo ouvidor da ilha, sob pena do pagamento de 500 réis para os cativos e concelho ou para quem acusasse a inobservância do mandato.

Note-se que se as hortaliças eram essenciais à alimentação, os vimes não só o eram também para se fazerem os cestos de carroto ou até peças de mobília e as árvores para se poder extrair as madeiras essenciais à construção e ao mobiliário. Aliás em 1607 os próprios oficiais da Câmara resolveram ir visitar os terrenos para verificarem se os moradores da vila e seu termo tinham as suas hortas cultivadas.

É notória também a insistência do elenco camarário para que se reparassem os bardos. São especialmente referidos os de São Tomé e

²⁹ Sobre o assunto consulte-se no final a lista dos capitães-mores e o que o Padre Manuel de Azevedo da Cunha escreveu a propósito da sucessão do 9.º capitão mor Amaro Silveira.

Curujal, como necessitados de servirem de divisórias. A mesma edilidade pugna para que se demarcassem as terras de mato, separando com exactidão as particulares das que pertenciam ao concelho. Para o efeito foram até nomeados demarcadores para executarem a ordem, como aconteceu por exemplo com as terras de Pedro Afonso que, a seu pedido em 1607, seriam indicados João Dias Gato e Marcos Gonçalves.

Na mesma altura parece também haver a mesma preocupação, pelo menos da parte de alguns moradores, de que é exemplo Pedro Afonso, para que se reparassem todos os bardos e se demarcassem bem os terrenos de particulares, dos que eram propriedade do próprio concelho. Tal tarefa seria entregue a João Dias Gato e Marcos Gonçalves. Quase duas décadas depois é a vereação que impõe, sob pena do pagamento de 500 réis, que os proprietários colocassem “bardos” e cancelas nas suas propriedades, devendo estas ser construídas e colocadas com “pau a pique”. Serão porventura esses tapumes de buxos seculares que na opinião de Silveira Avelar proporcionavam em finais de oitocentos uma “perspectiva encantadora” às campinas de terra barrenta em que se cultivava o cereal e que as diferenciavam das demais da mesma ilha³⁰.

Um outro aspecto no qual a vereação topense teve de entremeter-se foi no das obras de utilidade pública: acessos, portos, fontenário, casas do concelho e cadeia e até no próprio adro da igreja, além de outras intromissões naturalmente. Os acessos à vila e sobretudo o que conduzia ao porto, situado no extremo da Vila tinham, por vezes, necessidade de serem intervencionados, sobretudo após grandes chuvadas que as tornavam não raras vezes quase intransitáveis. E porque a intensidade das chuvas provocava danos não só nos arruamentos como em muito outros lugares, em 1607 a vereação determinou se construíssem bueiros e valados onde fossem

³⁰ J. C. da Silveira Avelar, *Ilha de S. Jorge (Açores)*, pp. 244-245

necessários, por ondem pudessem escorrer capazmente as águas. Anos mais tarde, concretamente em Novembro de 1623, chuvas torrenciais assolaram o concelho, tornando de tal maneira intransitáveis alguns caminhos que levou o procurador do concelho a propor que se “mudasse o dito caminho”, já que por ele não podiam servir-se “nem com carros nem com bestas”. Aliás em sua opinião havia-se tratado de “um dilúvio que Deus foi servido de lhes mandar por nossos pecados”. De facto o assunto seria considerado de tal maneira grave que a Câmara nomeou António Silveira Ávila e Francisco da Silveira Ávila — porventura irmãos — “para estudarem a questão e ver por onde conviria mais traçar a nova estrada”. Avaliado o assunto, o povo, ainda a mando da mesma vereação, reunir-se-ia no sítio da Macela, propriedade de António de Matos, no termo da vila, para decidir o novo traçado.

Mas o Topo infelizmente não seria poupado a tais intempéries, já que cerca de duas semanas depois um novo aluvião causaria enorme tragédia, arrastando terras de pão e matos. A vereação ordenaria que de imediato se abrissem valados em terras que lhe estavam próximas, como as de Francisco Lopes e as dos herdeiros de Francisco da Silveira Vila Lobos.

Aliás da leitura dos extractos de actas que o Padre Manuel da Cunha recolheu e divulgou, nota-se que é a vereação topense a entidade que superintende e promove os melhoramentos públicos, mesmo que para isso tivesse de tausar a população ou mesmo a coagisse a trabalhar. Mas também poderia ser o corregedor, que nas suas visitas autorizava ou impunha determinadas obras, como aconteceu com o conserto da calçada do caminho que ia da ermida de Nossa Senhora da Ajuda até ao porto, em 1648.

Também poderia ser o próprio bispo a intervir, embora o fizesse em áreas da sua jurisdição como seria natural, como aconteceu com o peitoril do adro da igreja da vila. É que tendo este definido os limites de tal peitoril, que circundava o adro, muitas pessoas

contrariavam essa delimitação. A executar-se a ordem do prelado, os marcos colocados acima da porta principal “entravam” no chão de Baltazar da Cunha, então ausente, que não queria ver derrubadas as paredes do seu prédio, nem arruinadas as benfeitorias que havia lá feito. Por isso se opunha à obra, propondo, por isso, que se colocasse o dito peitoril abaixo dos marcos apontados pelo bispo. Mas apesar de alguns clamores do povo, prevaleceu a opinião do bispo “para evitar penas e trabalhos”, solidarizando-se a vereação com a vontade do prelado e assumindo a responsabilidade da necessária indenização.

Afinal o próprio Baltazar seria escolhido com um dos “lousadores” da quantidade de pedra com que cada morador concorreria para a construção do peitoril do adro. O então vigário e reitor da igreja do Topo, Afonso de Ponte Maciel, presente em vereação, daria o seu consentimento ao início das obras do adro da igreja que seriam executadas por um Manuel Gonçalves, sapateiro, natural de Angra, que através da Câmara pediria licença ao Ouvidor para lançar um imposto sobre o povo para saldar a despesa feita com este melhoramento do adro da matriz de Nossa Senhora do Rosário.

As obras públicas realizadas neste período, quanto nos permitem descortinar as fontes dispersas, desiguais e incompletas, quase se resumem às vias de comunicação, ao adro da igreja, conserto das fontes, às casas da Câmara e da Cadeia que lhe estava contígua e, de maneira muito especial, ao porto. Não esqueçamos que era a porta de entrada principal no concelho de mercadorias e de pessoas vindas ou não de outras ilhas ou até da própria. Ainda em meados do século XIX a comunicação do Topo com os demais concelhos da ilha era preferencialmente feita por mar, já que atravessar a longa serra do Topo não se afigurava como uma tarefa fácil, não só pelos maus acessos como pelos nevoeiros que frequentemente a cobrem.

Referido na segunda metade de Quinhentos, os melhoramentos do porto do Topo fizeram sempre parte das preocupações da sua

municipalidade, como principal porta de entrada e saída no território. E era de urgente imprescindibilidade garantir e providenciar uma melhor operacionalidade do embarque e desembarque de pessoas, de descargas e cargas de produtos de diversa natureza, mas em que a exportação de trigo e do vinho tinham certamente primazia. Além disso tornava-se urgente cuidar da defesa de eventuais investidas exteriores e do seu acesso, já que se situava no extremo da localidade e no sopé de um monte de terra barrenta susceptível até de um inesperado desmoronamento.

Creemos que a construção do porto fosse antiga, certamente existindo no começo de quinhentos, pela necessidade de circulação de bens e pessoas. A inexistência de fontes não nos permite acompanhar a sua evolução. Todavia já na vereação de Maio de 1560 (das mais antigas que o Padre Manuel de Azevedo da Cunha encontrou) é apontada a necessidade de proceder a obras no porto, sendo por isso de concluir que existisse há muito.

Para a sua execução António, Silveira e Pero da Cunha foram encarregados de fixar a quantidade de carradas de pedra, estacas e traves com que cada morador teria de contribuir para calçar e consertar o porto da vila. Sabemos também que a sua defesa era preocupação da vereação e por regra assunto de intervenção a quando da visita de qualquer corregedor. Havia que o tornar não só defensivo a qualquer arremetida inimiga, mas também fazê-lo o mais operacional possível, dentro das limitadas rendas do município. Daí que em 1644 o corregedor, em visita ao concelho, ter ordenado se picasse o pátio do desembarcadorio do porto e se construíssem degraus para se saltar. Já em meados de oitocentos as Obras Públicas fariam ali um novo muro de defesa do mar e rebaixamento do desembarcadorio³¹.

³¹ Cf. Padre Manuel de Azevedo da Cunha no texto em anexo.

Ainda na mesma correição executada pelo Dr. Manuel Figueira Delgado os oficiais da Câmara tiveram oportunidade de mostrar-lhe a degradação da Cadeia, que ameaçava ruir, encontrando-se mesmo sem grades. A situação não seria nova, já que sete anos antes esse estado havia sido denunciado ao corregedor Diogo Machado Temudo que havia determinado se fizessem grades de ferro, o que não terá sido cumprido.

Também o mesmo corregedor achara que na Vila Nova do Topo havia “grande devassidão em furto de *formiga* e outros de maior consideração”, por recearem os lesados pelos roubos “darem querela” aos ladrões e explica o porquê:

É que e alguns ouvidores do capitão (pelo que se julga, inadvertidamente) — talvez num juízo benevolente do autor — terem ordenado que os querelosos pagassem aos querelados todas as custas que façam no seu livramento, enquanto não houvesse maior alçada, “ficando deste modo com o seu furtado e gastando além disso o seu dinheiro no *livramento* dos ladrões, que por serem de ordinário pessoas pobres não tinham com que satisfazer.”

Ordenou que se acabasse com tal abuso. E, no caso de os ouvidores persistirem nessa prática, recomendou que as partes envolvidas recorressem para o corregedor da comarca, dando-lhe garantia de “terem o vencimento certo”. Tenha-se presente que era o ouvidor do donatário a autoridade principal da ilha. Como atrás se aludiu era com a sua autorização que a Câmara poderia lançar qualquer taxa, que lhe dava posse ou, por exemplo, quem ordenou à Câmara que diligenciasse a promoção do cultivo de diversas hortaliças, da plantação de árvores e nomeadamente de planta do género *salix*, produtora de vimes. Quem não cumprisse tal provisão incorreria numa pena de 500 réis, para cativos e concelho ou para quem primeiro acusasse a inobservância do mandato.

Porém os casos de abuso de poder aconteceram. Manuel de Azevedo da Cunha, reportando-se ao ano de 1637, alude a alguns. Ao que parece os ouvidores invocando uma provisão de 1626, usurpavam o poder real, faziam correição “e outros actos que não lhe competiam”. Tais excessos haviam sido praticados pelo ouvidor da ilha no ano anterior, quer na vila da Calheta como na do Topo e enumera-os: tirara devassa aos oficiais, fizera provimentos, examinara as rendas do imposto dos 2%, fizera eleição de oficiais da Câmara, avocara a si os feitos que pendiam ante os juizes ao indagar agravos e decisões, pronunciava-se sobre querelas, autos, denúncias, ou mesmo tirava devassas particulares de morte e outros casos graves. O desaforo era tal que, assevera, chegavam a substituir o corregedor, estando este presente na comarca, o que não será difícil de acreditar, pelo isolamento a que estaria votado o concelho e pelo esforço e custo em comunicar sobretudo com o Topo. Ou o mar o permitia com relativa facilidade ou atravessar a alta e tormentosa serra seria certamente uma barreira difícil de ultrapassar, o que levaria Azevedo da Cunha a comentar com algum humor que seriam assim cinco os corregedores, porque eram quatro os ouvidores do capitão³². Apesar das denúncias e da proibição de que nenhum ouvidor exercitasse jurisdição de corregedor sob pena do pagamento de 50 cruzados e 4 anos de degredo para África, repetia-se tal prática ilícita.

Mas também a própria Câmara do Topo terá ultrapassado os limites da sua fronteira jurisdicional enviando alguns dos seus alcaides executar diligências, citar e prender pessoas na jurisdição do concelho da Calheta, como aconteceu a António Dias Neto. Como

³² Tenha-se presente que na altura era capitão donatário não só da capitania de Angra e de São Jorge, mas também das do Pico e Faial D. Manuel de Moura Corte Real, 1.º marquês de Lumiães e 2.º marquês de Castelo Rodrigues. Daí o facto de Manuel de Azevedo da Cunha aludir a quatro ouvidores. Agradeço ao meu Amigo Prof. Doutor José Guilherme Reis Leite ter-me chamado à atenção para tal situação.

resposta a tal abuso e desrespeito pela fronteira concelhia, a vereação calhetense passou precatório à sua congénere topense, para que não ultrapassasse os respectivos marcos, ou seja, Pedras Brancas e ribeira de São João³³

Na mesma correição realizada pelo Dr. Diogo Marchão Macedo em que foram imputados aos ouvidores esses indevidos procedimentos, também os bispos não escaparam à denúncia de exorbitarem os seus poderes, uma vez que haviam ordenado aos párocos que cobrassem fintas aos fregueses para o que fosse necessário na Igreja. E para a sua execução nomeavam sacadores, o que era ilegal, além de injusto, já que só os provedores das comarcas o podiam fazer até um máximo de 40\$000 réis e o Desembargo do Paço ultrapassando esse valor.

Comentar-se-ia anos depois, concretamente em 1644, a propósito dos rendimentos e despesas da Câmara e referindo os gastos com a correição do Dr. Figueira Delgado que haviam custado cerca de 3\$000 réis, garantia-se que tais visitas eram “eficacíssimas”, mas saíam dispendiosas para o cofre municipal!

*

Em 1618 não havia ainda no Topo qualquer forte capaz, que pudesse impedir invasão de inimigos. A única defesa existente seria um portão forte, sobre o porto, fechando a estrada que levava à povoação, embora o concelho já dispusesse de uma companhia de milicianos, cujo capitão-mor era João da Silveira Borges³⁴. Havia o receio

³³ Padre Manuel de Azevedo da Cunha, *Notas Históricas. II Anais do Município da Calheta (S. Jorge)*, recolha, introdução e notas de Artur Teodoro de Matos, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981, p. 601.

³⁴ Veja-se no final a relação dos capitães-mores também elaborada por Manuel de Azevedo da Cunha, embora publicada anteriormente no mesmo jornal, *O Insulano*, sob a rubrica “Papeis Velhos”. Para além desse elenco cronológico que apresenta são de importância as observações que seguidamente faz sobre

que não só a vila, mas também a Fajã de São João pudessem ser invadidas pelos moiros. E, por isso e a pedido do capitão-mor, a Câmara terá mandado substituir o portão que se achava arruinado, por outro e construir uma casa de vigia sobre o porto, para que as sentinelas não estivessem expostas ao rigor do tempo. Também foi a altura em que a Câmara resolveu controlar o desembarque no porto, deliberando que lá fosse colocada uma bandeira para que ninguém passasse por ela “sem despacho”, sob pena do pagamento de 2\$000 réis.

Quanto à Fajã de São João também seria aí proibida a pernoita, sob pena de prisão. É aliás nesse ano e perante a ameaça inimiga que, estando em correição no Topo o desembargador João Correia de Mesquita, o capitão propôs se organizasse outra companhia de ordenança, visto haver gente suficiente para a integrar, o que de facto veio a acontecer. Seria eleito novo capitão o juiz Gabriel Teixeira da Silveira, alferes o juiz Pedro Dias Pereira e sargento Lourenço da Ponte.

É também perante tal ameaça que o capitão-mor terá entendido que a população se preparasse, organizando um celeiro de mantimentos, proposta que maioritariamente foi recusada. Em alternativa a generalidade do povo preferiu que cada morador cozesse uma quantidade de biscoito suficiente “para se proverem em caso de terem de guardar a costa por algum tempo”³⁵.

É em 1623 e com a presença do capitão-mor e do pedreiro das Velas Manuel Pires que, reunidos em via pública, resolveram ir examinar o porto para que ali se fizesse uma fortificação, como aliás já havia sido determinado em correição anterior. Resolveu-se construir 12 braços de muro “muito bem feito”, com espessura e altura suficientes, comprometendo-se o dito pedreiro a fazer a obra por 6.600 réis

cada uma dos capitães e sobretudo sobre o desenrolar da sucessão de cada um deles.

³⁵ Cf. Texto do Padre Manuel de Azevedo da Cunha em anexo, recolhido das vereações do Topo.

dando como fiador Lourenço da Ponte. É que segundo informação do capitão-mor Gabriel Teixeira da Silveira transmitida à Câmara, havia notícias de moiros andarem entre as ilhas e, por isso, havia nomeado vigias. Propunha por isso à Câmara que de noite estivesse presente sobre o porto da vila um cabo com a sua gente e, de dia, uma sentinela, pedindo-lhe que confirmasse tais ordens.

Também numa correição realizada em 1636 ordenar-se-ia que no prazo de um ano — sob pena de pagamento de 10 cruzados — fosse construído um guindaste no porto para que se pudessem “alar os quartos de vinho e ainda gente quando o mar estava bravo”. Mas também se mandou construir a calçada acima do portão do porto até ao valado da guarita.

O mesmo cuidado na conservação ou reconstrução poderia acontecer em obra de natureza religiosa. Se outrora o adro fora objecto de intervenção, agora em 1618, era a própria matriz que por se achar arruinada ameaçava cair, necessitando, por isso, de intervenção pública. A governança e moradores em geral resolveram concorrer com o seu trabalho e ofertas, impedindo que o templo colapsasse. Como refere a fonte “todos da melhor boa vontade se prontificaram a subscrever com o que necessário fosse para aquela obra de caridade”³⁶.

Aliás o sentimento religioso estava fortemente impregnado na população jorgense nestes primeiros séculos de ocupação da ilha, bem como a preocupação com o sagrado e tudo aquilo que com ele se relacionasse. As adversidades são tidas por boa parte da população como castigos de Deus, como as venturas ou boas sortes são assumidas como recompensa ou actos de misericórdia do mesmo Deus. Daí que seja dever tratar dos lugares sagrados, como também expressar essa mesma piedade ou devoção. Por isso já em Janeiro de 1558 a Câmara deliberou mandar lançar pregão fora do adro, ao

³⁶ *Ibidem.*

sair da missa da terça (9 horas da manhã), para que comparecesse às procissões de sexta-feira da quaresma ao menos uma pessoa de cada casa, preferencialmente o marido ou a mulher. Mas o que talvez pudesse ser uma recomendação era exigência, já que quem não cumprisse pagaria 50 réis.

Para além das festas do Espírito Santo a que atrás aludimos, de características bem diferenciadas das demais na ilha — singularidade que ainda hoje conserva — há que referir os festejos em honra de São Sebastião, a 20 de Janeiro, cuja devoção é, como se sabe, antiga não só em Portugal Continental como no arquipélago. Recorde-se, a título de exemplo, os festejos em honra de São Sebastião em Alcobça, que refletem as guerras entre cristãos e muçulmanos e que foram levados para a Baía, onde hoje têm ainda grande expressão, ou até os do concelho de Boticas, também de muito antiga tradição, sendo aqui tido como santo protector da peste, que sobretudo provocara a morte de muito gado.

Nos Açores também a sua devoção é bem antiga e certamente fervorosa. A título de exemplo recorde-se que dois dos seus templos emblemáticos tem-no como patrono: a matriz de São Sebastião na ilha Terceira, emprestando até o seu nome à localidade e a de Ponta Delgada, em São Miguel. Mas também na Vila Nova do Topo o dia da sua festividade era especialmente comemorado. Com o intuito de lhe dar uma maior solenidade, a Câmara ordenava em 1613 que os habitantes da vila “enramassem” as suas portas e ruas, enquanto a decoração do adro da igreja ficaria a cargo dos moradores do Monte — hoje freguesia de Santo Antão.

Para além do cuidado da vereação com o porto, cultivo das terras, arranjo de acessos, igreja e até com os festejos religiosos tradicionais, havia que zelar pela conservação das habitações que lhes pertenciam e eram essenciais no exercício das funções para que haviam sido eleitos. Referimo-nos, concretamente, às casas da Câmara e da Cadeia, que aliás estavam juntas, mas também dos fontenários da

vila. Aliás já em 1607 os almotacés haviam sido compelidos pela Câmara, não só a mandar reparar as fontes como também ao “concerto” dos caminhos, sob pena do pagamento de 400 réis. Seria também dever da comunidade contribuir para o bem-estar colectivo, sem que fosse monetariamente retribuído. Era trabalho coercivo à semelhança de muito outros efectuados no período em apreço. Terá sido ou não o caso de António Gomes e António Cerveira que no começo de Dezembro desse mesmo ano eram forçados, a “fazer e consertar a Casa do Concelho”.

Mas motivo de várias advertências pelo seu estado de declínio ou mesmo de degradação foi sobretudo a Cadeia. Existiria porventura desde muito cedo. Referências, mesmo que indirectas, surgem logo nas vereações de 1560, a propósito de António e Francisco Lopes, eventualmente dois irmãos, que se haviam homiziado na Fajã de São João. A mesma edilidade nomearia quadrilheiro Domingos Fernandes, morador na mesma Fajã, a fim de “prender e segurar os ditos Lopes”.

Embora só nos tenha chegado informação de correições a partir dos começos do século XVII, é sobretudo por estas e a quando das visitas dos corregedores à vila que surgem as alusões à deterioração da Cadeia. Em 1637, por exemplo, o Dr. Diogo Marchão Temudo procura indagar da existência de “competências ou bandos” no concelho. E apesar de nada apurar alertou a vereação para a necessidade do município mandar colocar grades de ferro na Cadeia, como forma de oferecer maior segurança. Colocado certamente o gradeamento, sete anos depois é a própria Câmara que se queixa de que “a Cadeia estava caindo e sem grades”, apesar de haver dinheiro em cofre destinado a essa reparação. Todavia corregedores anteriores haviam colocado alguns embargos, embora dois juizes do Conselho da Fazenda tivessem ordenado o levantamento desses impedimentos. Mas o impasse manter-se-ia já que o Dr. Manuel Figueira então ali em correição, optaria por levar o

assunto a Sua Majestade. E, só ficará resolvido em 1648, quando era capitão donatário de Angra e de São Jorge, D. Afonso de Portugal, 5.º conde de Vimioso e 1.º marquês de Aguiar. Estando em cor-reição na ilha o Dr. António Raposo, autorizou que a cadeia fosse restaurada com as rendas da redízima do marquês de Aguiar, que era também o alcaide-mor da ilha.

Outro aspecto que importaria conhecer é o das finanças do município ou seja, indagar das suas receitas e despesas. É certo que o Padre Manuel de Azevedo da Cunha ao recolher a informação que quase directamente nos transmitiu das fontes que consultou, não terá encontrado tais livros, essenciais para esse conhecimento. Todavia ao longo dos seus textos foi possível ir colhendo elementos que eventualmente nos fornecem indicações sobre o tema. Contudo por se tratar de um arquivo truncado, é muito provável que não tenha podido ter acesso a tal tipo de fontes ou por já não existirem com a organização que mais tarde se lhe conhece ou, eventualmente, por naquele primeiro período de administração camarária ainda não existir esse tipo de escrituração. Recorde-se que na transição do poder ocorrida nesses remotos anos de meados de quinhentos não se vislumbra um mínimo de contabilidade organizada, mas apenas algumas notas respeitantes a impostos, receitas, dividas, etc. Presumimos mesmo que ainda não existisse uma tributação regular sobre os moradores como na centúria seguinte já acontece.

Senão vejamos. A quando da mudança de vereação de 1559 para o ano seguinte, os vereadores Jorge Gonçalves e Francisco Fernandes, bem como o procurador do concelho António Fernandes prestaram contas da sua gerência aos novos vereadores Jordão de Matos e Diogo Álvares. A receita fora de 3.226 réis, proveniente de um imposto directo — a denominada *tausa* — lançada aos moradores, por autorização concedida pelo ouvidor da ilha que agia em nome do capitão donatário residente em Angra e que na altura era

Manuel Corte Real. Tal quantia permitiu o pagamento dos salários do escrivão e do porteiro da Câmara e de outras despesas miúdas.

Em inícios de Janeiro de 1560 a Câmara reunida com toda a “governança do concelho” acordou em que se pedisse de novo autorização ao ouvidor para taxar — tausar, como então se dizia — o povo para que se pudesse pagar os salários ao escrivão da Câmara e porteiro, além de outras despesas. Recebida a autorização ou “carta de licença” foram satisfeitos tais encargos e fica-se com a ideia de que a partir dessa altura passariam os munícipes de Topo a contribuir com este imposto directo anualmente lançado para aquele fim, mediante autorização do ouvidor e que importaria em cerca de 3000 réis anuais. Transcreve o Padre Manuel de Azevedo da Cunha a justificação certamente deixada em acta daquele imposto anual: “não havia outros bens do concelho por que se pudesse pagar e remediar as ditas despesas e outras coisas e despesas miúdas do concelho, pela pobreza do deste”. E comentaria o mesmo autor, certamente com algum pesar, pensamos nós, que passados três séculos e crescendo os encargos, seria novamente invocada a pobreza do concelho para a sua extinção em 1855, embora só definitivamente concretizada em 1870. Tenha-se ainda presente que alguns salários eram pagos parcialmente em numerário e em trigo de que é exemplo o porteiro que, em 1559 recebia anualmente meio moio de trigo e 400 réis em dinheiro.

Ao longo do século XVI parece que este modelo se terá mantido, independentemente da maior ou menor abastança do cereal cuja existência era amiudadas vezes averiguada pela Câmara. Mas com o evoluir dos anos outras receitas tornaram-se habituais. Em 1618 António Luis, sapateiro, arrematava a imposição dos 2% por 7300 rs e, cinco anos depois, era Mateus Fernandes a arrematá-las já por 8100 réis. Pela prestação de contas da vereação de 1643 para o ano seguinte, constata-se que a receita do município atinja a quantia de 13 265 réis e era proveniente de foros, coimas e

condenações. Os foros que atingiam a quantia de 4860 réis resultavam das rendas de pastagens (ou meias pastagens) e de uma terra situada no Pico do Telheiro³⁷. Outra imposição era a chamada *renda do verde* que, como nos explica Mendonça Dias, era proveniente da arrematação das coimas do concelho respeitantes à polícia dos campos sobre regueiras, cômoros, animais em propriedades alheias, cereais, cuja fiscalização estava a cargo do rendeiro do verde³⁸.

Um outro tema de que o autor reuniu alguma informação foi sobre a defesa, quer na construção de estruturas físicas, quer na organização de forças militares a nível de milícia. Umas e outras tornavam-se imprescindíveis para poderem garantir a defesa das populações e dos seus haveres. Abordando os Açores, recordamos as mordazes observações de Soares de Albergaria a esse respeito: “a sua principal defesa são as suas escarpadas e inacessíveis costas e as inconquistáveis fortalezas pela sua posição”, acrescentando ainda que em toda a estação se encontram corsários e piratas em suas alturas, e de verão têm roubado os pequenos barcos que navegam nas costas³⁹. Se bem que tivesse já anteriormente publicado neste jornal as relações dos capitães-mores, sargentos e até escrivães da Câmara de Vila Nova do Topo, achamos ser útil a sua divulgação e, por isso, as anexamos aqui⁴⁰.

³⁷ As dimensões das pastagens eram por norma avaliadas em moio ou com dimensão para produzirem essa quantidade de cereal, ou seja de 60 alqueires ou de c 850 litros. Algumas ocupavam todo um pasto, outras apenas meio de algumas apenas é referido o quantitativo do foro.

³⁸ Urbano de Mendonça Dias, *A vida dos nossos avós*, vol. 3.º, Vila Franca do Campo, Tip. A Crença, 1944, pp. 157 e *A Vila*, publicação histórica de Vila Franca do Campo, dirigida por Urbano de Mendonça Dias, vol. 6, (1927), pp. 73-74.

³⁹ João Soares de Albergaria de Sousa, *Corografia Açórica. Descrição física, política e histórica dos Açores*, com prefácio de José Guilherme Reis Leite, Ponta Delgada, Jornal de Cultura, 1995, p. 46.

⁴⁰ N.ºs 151,152 e 153

Segundo informação do mesmo, os corpos de milícia na Ilha de São Jorge terão sido organizados em 1570 para “segurança e resistência do comum inimigo do reino”, que diz serem ingleses, franceses e holandeses ou os piratas argelinos, que, citando João Soares de Albergaria, haviam cativado desde o povoamento até ao começo do século XIX, mais de 10000 pessoas⁴¹. Suportado ainda na informação de Manuel de Azevedo da Cunha recolhida dos acervos da Calheta e até do Topo, o 1.º capitão mor foi Guilherme da Silveira, natural do Topo indo estabelecer-se na vila das Velas. As capitánias mores das jurisdições da Calheta e do Topo terão sido criadas entre 1607 e 1618, tendo pelo menos existido até a 1817 dez capitães-mores por ele indicados. É certo que estando de correição ao Topo em 1618 o desembargador Carlos Mesquita em ocasião de perigo de invasão inimiga, afirmava que apenas existia um “portão forte” sobre o porto e uma companhia de milícia, cujo capitão era João da Silveira Borges, por sinal o 1.º de tal elenco. Este, perante a ameaça e por haver gente suficiente propôs a criação de uma outra companhia de ordenança, sendo eleito como novo capitão o juiz Teixeira da Silveira, o 2.º da relação desses capitães.

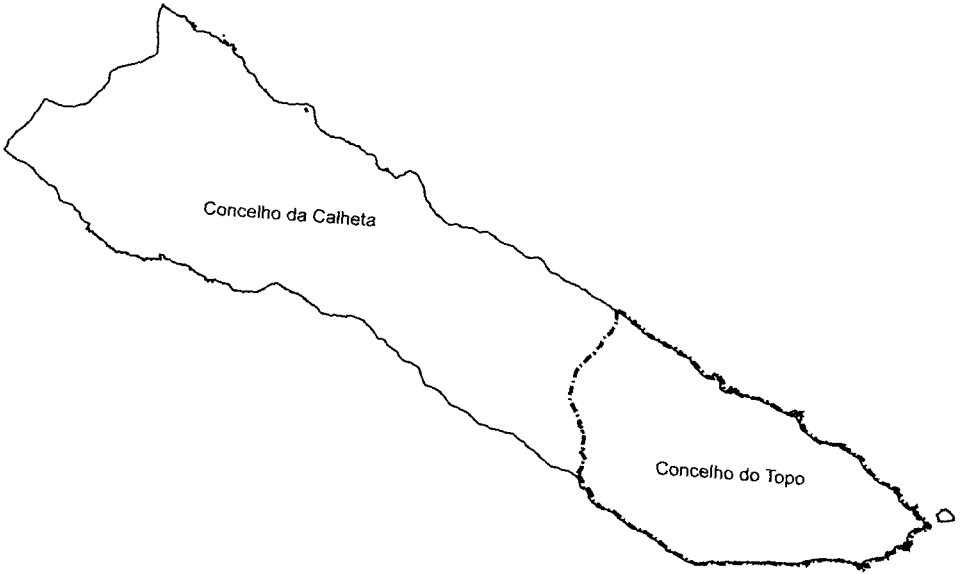
*

Os “factos e nomes” que o Padre Manuel de Azevedo da Cunha conseguiu recolher no arquivo do município do Topo e que abrangem quase um século da sua existência, apesar de dispersas, difusas e incompletas, constituem um repositório de alguma relevância para o conhecimento da organização do território de um dos mais antigos polos do povoamento jorgense. Acresce ainda a vantagem de tal centúria remontar ao início da humanização desse espaço tão carecido de informação histórica fidedigna.

⁴¹ Soares de Albergaria, *Corografia Açórica* ed. já cit., p 54.

Longe do objectivo de se pretender oferecer uma pequena monografia dos primeiros tempos do concelho do Topo, procurou-se, com os elementos disponibilizados pelo Padre Manuel de Azevedo da Cunha em *O Insulano* traçar um panorama, embora que incompleto de aspectos do quotidiano dos topenses nos começos do povoamento jorgense. Estamos certos que uma investigação em arquivos ainda eventualmente existentes viriam melhorar e desenvolver este acanhado e curto estudo sobre o Topo⁴².

⁴² Agradecemos ao Rev. Padre Doutor Dinis Manuel Branco Silveira, Pároco do Topo a cedência das fotografias da matriz, bem como das demais ermidas. Ao Sr. Lisandro da Silveira Bettencourt, Presidente da Junta de Freguesia da vila do Topo também estamos gratos pela cedência das fotos das antigas casas da Câmara e Cadeia. O mapa foi elaborado pela senhora Dra. Odete Cabral da C. M. da Calheta a quem ficamos igualmente gratos.





Brasão atribuído a Guilherme da Silveira e seus descendentes existente no altar de N. S. de Guadalupe na igreja do antigo convento dos franciscanos na vila das Velas.



Antigas casas da Câmara e Cadeia do concelho do Topo, hoje transformadas em habitações.



Actual Igreja Matriz de N. S. do Rosário de Vila Nova do Topo, após o terramoto de 1757.



Ermida de São Lázaro mandada edificar por João Pires de Matos (genro de Guilherme da Silveira) em começos do século XVI. Em meados do século XVII mudara já a invocação para N. S. da Ajuda.



Ermida de S. Pedro, de construção certamente quinhentista.



Ermida da Fajã de São João mandada construir por Baltasar da Cunha na segunda metade quinhentista (a torre é muito posterior).



ANEXOS



Capitães-mores do Topo

Em 1570 foram organizados nesta ilha de São Jorge os *corpos de ordenanças* para a pública segurança e resistência à invasão do comum inimigo do reino, como ingleses, franceses, e holandeses; ou contra os piratas argelinos que no dizer do Sr. João Soares de Albergaria (*Chorografia Açórica*) cativaram nos Açores, desde a sua colonização até ao princípio do século actual — para mais de dez mil pessoas.

O 1.º capitão-mor que foi para toda a ilha chamava-se Guilherme da Silveira; era natural do Topo e foi estabelecer sua residência nas Velas, como capital.

As capitánias mores das jurisdições da vila da Calheta e da Vila Nova do Topo foram criadas no período que decorre de 1607 a 1618. E de então até ao ano de 1832 houve no Topo 10 capitães-mores a saber:

- 1.º João Silveira Borges 1618
- 2.º Gabriel Teixeira da Silveira 1623
- 3.º António Silveira Borges?
- 4.º Pedro Teixeira da Silveira 1651
- 5.º Gabriel Silveira Borges 1684

- 6.º Bartolomeu Machado da Silveira 1687
- 7.º António Silveira de Ávila 1699
- 8.º Tomé da Silveira e Sousa 1732
- 9.º Amaro da Silveira Borges 1744
- 10.º Pedro Homem Pimentel de Noronha 1817

Observações

1.º João Silveira Borges aparece capitão-mor em 1618, ignorando-se a data da nomeação.

2.º Gabriel Teixeira da Silveira aparece capitão-mor em 1623 ignorando-se igualmente quando tomou posse e quando deixou o cargo.

3.º O capitão-mor António Silveira Borges exercia também o ofício de tabelião, donde resultou que o corregedor Dr. Sebastião de Abreu Serrão notou a incompatibilidade na correição de 25 de Setembro de 1651, fazendo eleger a Pedro Teixeira da Silveira, que no mesmo dia 25 mês e ano prestou juramento e tomou posse. É provável portanto que António Silveira exercesse o comando no triénio das duas correições de 1648 e 1651.

4.º Em 8 de Setembro de 1684, já falecido Pedro Teixeira foi eleito capitão mor Gabriel da Silveira Borges, cavaleiro fidalgo de Sua Majestade prestando juramento e tomando posse no último dia da eleição perante o corregedor Dr. Luis Matoso Soares.

5.º Em 5 de Agosto de 1699 perante o corregedor Dr. João Rodrigues Pereira, foi eleito, teve juramento e posse para capitão-mor por morte do antecessor, o capitão António Silveira de Ávila. Foi pai do capitão-mor da Calheta Miguel Antonio da Silveira e Sousa, casado com D. Maria Josefa da Cunha, moradores na Ribeira

Seca; e bem assim o vigário de São Tiago, padre João Machado Pereira, falecido na noite do terramoto de 9 de Julho de 1757; bem como do vigário do Topo Padre Gaspar Nunes da Silveira, das duas freiras professoras no convento de Nossa Senhora do Rosário das Velas, a saber D. Maria dos Serafins e D. Úrsula de Santa Clara. Era casado com D Catarina Machado de Azevedo, filha do sargento-mor da Calheta António de Azevedo Teixeira e de D. Francisca de Sousa Machado. Faleceu em 1630.

7.º Por falecimento de António Silveira de Ávila foi eleito capitão-mor no dia 19 de Outubro de 1731 o capitão Tomé da Silveira e Sousa. Teve a sua patente régia em 28 de Janeiro de 1732, prestando juramento de posse em 10 de Março do mesmo ano, documentando-se com uma certidão passada por a Câmara de Angra por onde comprova o princípio de que os embargos contra o cargo de comandante não tinham efeito suspensivo ao dito cargo. Não obstante a patente foi recolhida, julgamos que em 1734, por o corregedor Dr. Filipe Ribeiro da Silva, por ordem d'El Rei.

8.º Ficando a capitania por conta do sargento-mor Amaro Silveira Borges, teve este patente de capitão-mor em 6 de Julho de 1744, tomando posse em 26 de Setembro de 1745.

9.º Falecendo Amaro Silveira em 16 de Abril de 1761 os oficiais da Câmara fizeram sua proposta para capitão-mor, ante o corregedor Dr. Henrique Henriques Quaresma, nas pessoas do sargento mor Bartolomeu da Silveira Souto Maior, das principais famílias, e tendo de renda de 8 a 9 moios de trigo e milho. Em segundo lugar propunham Alexandre Pereira (Ajudante) das principais famílias e 10 moios de renda, sendo herdeiro provável de dois irmãos seus clérigos. Em 3.º lugar propunham José Francisco da Silveira, filho e bisneto de capitães-mores, com 4 moios de renda e 3 pipas de vinho. Nenhum deles foi provido. Em 1782 houve nova proposta

para capitão-mor nas pessoas de capitão Inácio Xavier da Silveira e o alferes Pedro da Silveira e Sousa. Ainda desta vez ninguém foi provido, sendo capitão comandante em 1797 António Silveira de Sousa, sucedendo-lhe no posto Pedro Homem Pimentel de Noronha que teve patente de capitão-mor concedida por o capitão general dos Açores Francisco António de Araújo, em 8 de Setembro de 1817. Tomou posse em 5 de Abril de 1818, e foi o último capitão-mor da Calheta.

Sargentos-mores

1.º Francisco da Silveira de Ávila aparece em 1652.

2.º João Silveira de Ávila eleito em 1664 e faleceu em 1684.

3.º Bartolomeu Machado da Silveira eleito em 1684 e faleceu (capitão mor) em 1699.

4.º Belchior da Cunha Teixeira posse em 1687 e faleceu em 1699.

5.º Jorge Goulart de Oliveira em 15 de Agosto de 1699 e renunciou o cargo por achaques da idade em 1723.

6.º Amaro da Silveira Borges, patente em 4 de Fevereiro de 1735. Foi depois capitão-mor.

7.º Bartolomeu da Silveira Souto Maior 1753.

8.º Jacinto Mateus da Silveira patente de 22 de Junho de 1818. Foi o último.

Ignoramos se houve mais algum sargento-mor. Observamos, porém, que preenchido o cargo de capitão ou sargento mores, não se preocupavam com a nomeação para o cargo que alternadamente estivesse vago. Isto provavelmente pela pouca população daquela jurisdição, de que resultava pequeno número de companhias e daí nenhuma necessidade de dois comandantes, muito embora tivesse cada um deles suas atribuições definidas e inconfundíveis.

Em 1732 havia no Topo 4 companhias de ordenanças; e em 1808, seis, que foram reduzidas a 4 e depois a 3, em consequência da chamada guerra da Independência, contra os exércitos invasores de Bonaparte.

Cada companhia tinha geralmente um capitão, um alferes, um ajudante, 2 sargentos, em que do n.º e outro supranumerário e 100 soldados.

As armas eram pique, saca e funda e tiveram depois algumas espingardas. Havia um forte na vila do Topo e outro em São João.

Escrivães da Câmara

- 1607 — João Silveira Borges
- 1618 — Baltazar Fernandes de Moraes
- 1623 — Diogo Luis Barreto
- 1649 — Baltazar da Cunha da Silveira (substituto)
- 1651 — Diogo Luis Barreto
- 1654 — Baltazar da Cunha da Silveira
- 1667 — Pedro Mendes de Vasconcelos
- 1669 — Gabriel Teixeira de Moraes
- 1670 — Diogo Teixeira de Moraes
- 1671 — Pedro Mendes de Vasconcelos
- 1685 — Jorge Goulart de Oliveira
- 1713 — Pedro de Sousa Carvalho
- 1722 — Roberto Machado da Silveira
- 1724 — Tomé da Silveira e Sousa
- 1724 — Gaspar Gonçalves Boto
- 1730 — Roberto Machado da Silveira
- 1743 — Pedro da Silveira e Sousa
- 1767 — António Silveira de Bettencourt
- 1787 — José Silveira de Sousa
- 1804 — Jacinto Mateus da Silveira
- 1808 — António Borges de Azevedo

1834 — José Joaquim Borges de Azevedo e Silveira

1839 — José Maria de Bettencourt

1847 — João Brasil Gonçalves de Oliveira

1850 — João Marcelino Vieira da Costa

1858 — José Joaquim Borges de Azevedo e Silveira

1868 — Manuel Henrique Borges

[Nota] O concelho de Topo, extinto por decreto de 24 de Outubro de 1855, só acabou de facto em 1870, sendo entregue no 1.º de Abril do mesmo ano à Câmara da Calheta o arquivo da Câmara topense, cuja jurisdição durou por 360 anos. Ignora-se o nome dos escrivães de 1510 a 1607.

Papeis Velhos

FACTOS E NOMES*

pelo

Padre Manuel de Azevedo da Cunha
(Beneficiado da Matriz da Calheta)

* In *O Insulano*, n.º 354 de 15 de Março de 1903 a n.º 362 de 15 de Agosto de 1903. (Texto actualizado)

Passa como certo que o flamengo Willem van der Haegen, cuja tradução é Guilherme da Silveira, foi o primeiro povoador do Topo, após o ano de 1470.

Concedida a donataria de S. Jorge, em 1483, ao donatário de Angra, João Vaz Corte-Real, muitos dos que o acompanharam vieram reforçar o início da colonização do «Vandaraga», estendendo-se por toda a área da, posteriormente, freguesia de S. Tiago e Calheta. Muitos colonos de Aveiro, da Vieira, de Águeda e os Dias de Valença do Minho, foram nomeados para a Calheta.

Foi o Topo a segunda vila de S. Jorge e, por isso, denominada Vila Nova do Topo. Doze de setembro de 1510 é, segundo consta, a data da sua criação.

Desde o seu princípio até aos nossos dias, foram os Silveiras, aliados aos Matos e Ávilas, as famílias de maior preponderância naquela jurisdição. No decorrer dos anos, relacionaram-se, por consórcio, com as casas mais ricas da ilha e de fora dela. No princípio do séc. XVIII, veio de Angra para o Topo o morgado João de Bettencourt, casando ali com D. Maria Joana, filha do capitão-mor Gabriel da Silveira Borges. Também de Angra vieram os Noronhas e os Amorins.

Dos registos paroquiais, até onde eles remontam, se vê que nos enlances matrimoniais realizados no Topo ou na freguesia de São Tiago, um dos cônjuges era reciprocamente de uma daquelas localidades. A nosso ver, afirma este facto a comunidade provável da procedência e origem das populações respetivas.

Na verdade, parece-nos poder afirmar-se que a colonização de São Jorge começou pelas extremidades da ilha, irradiando conseqüentemente para os pontos centrais.

Da povoação flamenga nenhuns vestígios existem, que saibamos, sob o ponto de vista da acentuação da linguagem, corrupção de vocábulos, usos e costumes. Aparecem ainda alguns indivíduos cujo tipo atesta as características das raças do Norte. Distinguem-se pela brancura da tez, o azulado dos olhos, o loiro dos cabelos e pela barba ruiva, mormente os que usavam os apelidos de Silveira, Matos, Ávila e Goulart.

Os limites da jurisdição do Topo, comuns aos do concelho da Calheta, eram a ribeira de São João e as Pedras Brancas. A sua igreja paroquial, dedicada à Senhora do Rosário, tinha como filiais a ermida de Santo Antão, amplamente reedificada e dotada pelo benemérito Padre Ambrósio e elevada a paróquia por decreto de 6 de junho de 1889; a Senhora d'Ajuda (São Lázaro), fundada por João Pires de Matos¹; S. Pedro, S. Tomé; Santa Rosa e São João, na Fajã do mesmo nome, da qual foi fundador Baltazar da Cunha, em 1850.

Teve o seu convento e respetiva igreja dedicada a S. Diogo, obra esta devida ao padre Diogo de Matos da Silveira, falecido em 1667. Desde então, até 1683, assumiu a direção e o cargo de padroeiro daquele instituto, o capitão-mor Pedro Teixeira da Silveira.

3.º padroeiro até 1685, seu filho, o capitão-mor Gabriel da Silveira Borges.

¹ João Pires de Matos era escudeiro-mor e genro de Guilherme da Silveira. Sobre esta ermida vejam-se os testamentos do João Pires de Matos e de Maria da Silveira, respectivamente de 12 de Junho de 1529 e de 28 de Abril de 1563 in *Aliviar a consciência e cuidar da alma: Testamentos da Ilha de São Jorge (1518-1656)*, edição de Artur Teodoro de Matos. Lisboa, Católica Editora-Centro de Estudos dos Povos e Culturas de Expressão Portuguesa, 2020, pp. 27-30 e 34-36

- 4.º padroeiro até 1692, o padre Francisco da Silveira Borges.
- 5.º padroeiro, o padre Gaspar Nunes da Silveira, instituidor da célebre capela, e falecido em 1739.
- 6.º padroeiro, seu sobrinho, o padre João Machado Pereira, vigário da freguesia de São Tiago e vítima do terramoto de 1757.
- 7.º padroeiro, Miguel António da Silveira e Sousa, capitão-mor da Calheta.
- 8.º padroeiro, seu filho, António Silveira d'Ávila, sargento-mor.
- 9.º finalmente, Miguel António da Silveira e Sousa, último capitão-mor da mencionada jurisdição da Calheta; e era filho de António da Silveira de Ávila, referido.

Com a extinção das ordens religiosas em todo o reino no ano de 1834, acabou também para o dito capitão-mor o cargo de padroeiro do convento de São Diogo do Topo.

Já neste periódico publicámos os nomes dos padres e leigos que pelo decreto de Joaquim António d'Aguiar vieram para o século após o triunfo da causa liberal.

Nos n.ºs 151, 152, e 153 do *Insulano* demos a lista dos escrivães da Câmara da Vila Nova do Topo e dos comandantes, capitães-mores e sargentos-mores daquela capitania².

Como se vê, são incompletas as notas a este respeito por falta de documentos, que só poderão achar-se em Angra, entre os papéis do governo da província dos Açores, ou senão nos arquivos da Torre do Tombo³.

² Veja-se, em anexo, tais listas.

³ No Arquivo Nacional da Torre do Tombo pouco existirá, a não ser nas chancelarias reais ou das Ordens Miliare. No Arquivo Histórico Ultramarino, sobretudo nos documentos avulsos, poderá encontrar-se algum documento. É na Biblioteca Pública e Aquivo Regional Luis da Silva Ribeiro que se encontra o

O arquivo da Câmara do Topo, como o da Câmara da Calheta, foi um pouco desprezado por aqueles a quem por patriotismo e dever profissional cumpria conservá-lo cuidadosamente intacto. A tal abandono acresce o ato de vandalismo praticado na Calheta, em maio de 1831, pela tropa invasora do famigerado tenente Borges.

Entenderam aqueles soldados da liberdade que a constituição outorgada pelo Duque de Bragança era incompatível com a existência dos livros onde se achavam registadas as providências do regime transato. E assim na primeira hora do seu triunfo, após o cobarde espingardeamento dos infelizes capitães Almeida e Mendonça, invadiram o edifício Municipal trazendo para a praça grande quantidade de papéis, a que fizeram um glorioso “auto de fé”. Lastimáveis excessos.

É, pois, impossível seguir cronologicamente a leitura do registo das vereações da câmara do Topo, não só pelos estragos do tempo nos livros que restam, mas porque se acha lastimosamente truncada a ordem desses livros. Apresentaremos, como nos for possível, algumas notas da vida municipal dos povos daquela jurisdição e quaisquer providências que envolvam certo interesse ou curiosidade.

Restam algumas folhas das vereações do ano de 1560. Caligrafia artística, mas de caracteres tão dissemelhantes dos atuais que constituem à primeira vista um enigma indecifrável. São precisos oito dias de paciência apurada e o emprego dos mais lógicos processos de interpretar para conseguir recompor o alfabeto, pedra Roseta de tais hieróglifos. O artista, escrivão da câmara, chamava-se Pero Dias⁴.

arquivo do extinto município do Topo, graças à intervenção do então director daquela biblioteca Dr. Manuel Coelho Baptista de Lima, que recolheu muita da documentação que então se encontrava na Câmara Municipal da Calheta.

⁴ Talvez algum exagero do autor. Bastará algum conhecimento de paleografia e o Padre Manuel de Azevedo da Cunha provou ter conhecimento dela.

Da nomeação dos almotacés do sobredito ano de 1560, se vê que no de 1559 foram:

Juízes: Francisco Lopes e Diogo Matos.

Vereadores: Jorge Gonçalves e Francisco Fernandes.

Procurador do conselho: António Fernandes.

Outrossim se conhece que eram homens da governação daquela vila e que serviram os cargos dela nos anos anteriores:

Francisco Gonçalves.

Pero Jorge.

Afonso Vieira.

Pero Cunha.

Capitão Ribeiro.

Simão Gonçalves.

Pero Gonçalves.

João Rodrigues o velho e

Cosme Gonçalves.

Pela época em que figuram eram, certamente, filhos dos primeiros colonos, ou netos dos que primeiro arrotearam os pitorescos vales da parte oriental da ilha. Teremos ocasião de apresentar uma lista mais desenvolvida dos moradores do Topo neste tempo, em que, lá fora em Portugal, D. Sebastião, o desejado, contava seis anos de idade.

1560

Juízes: Diogo de Matos⁵, o mesmo do ano transato e João Rodrigues, galego, morador no lugar da Ribeira Seca da jurisdição do Topo.

⁵ Sobre Diogo de Matos vejam-se os testamentos 1, 4 e 24 in *Testamentos da Ilha de São Jorge*, já cit.

Vereadores: Diogo Álvares e Bastião Vieira. Na ausência de Bastião Vieira exerceu o cargo, por eleição, Jordão de Matos.

Procurador do concelho: João Rodrigues. Também depois, na ausência deste, foi eleito para procurador: Simão Gonçalves.

Escrivão da Câmara: Pedro Dias.

Tabeliães: Bastião Vieira e o dito Pero Dias.

Porteiro: Diogo Rodrigues

Destes atrás apontados, apenas sabiam assinar: Diogo de Matos, Jordão de Matos, Francisco Fernandes, Jorge Gonçalves e Pero da Cunha. Os demais assinavam de cruz, ou com sinal próprio e arbitrário. No decorrer dos anos, proibiram os corregedores o exercício de cargos municipais quem não soubesse escrever.

A carta de usança, isto é, autorização do Ouvidor, para que os juízes Diogo de Matos e João Rodrigues, novamente eleitos pudessem exercer as respectivas funções, prestando juramento e tomando posse, foi passada nas Velas, em 6 de janeiro deste ano de 1560, pelo ouvidor, que então era de toda a ilha, Guilherme da Silveira (Wilhellme Silveira), em nome de Manuel Corte Real, capitão donatário de S. Jorge. É um espécime da ortografia do tempo: Guilherme Silveira, ouvidor e administrador da justiça d'el-rei nosso senhor em toda esta ilha de São Jorge pelo senhor Manuel Côrte-Real capitão desta dita ilha e da ilha Terceira da parte do concelho d'el-rei nosso senhor etc. Aos que esta minha carta de usança for apresentada e o conhecimento dela tiverem faço saber que a mim enviaram dizer por sua petição Diogo de Matos e João Rodrigues da Ribeira Seca da vila do Topo que o primeiro dia de janeiro deste presente ano de mil quinhentos e sessenta anos os juízes e vereadores do ano atrás passado com a maior parte do povo da dita vila do Topo acordaram para que fosse tirado o derradeiro pelouro da correição em que saíram os ditos João Rodrigues e Diogo de Matos para juízes ordinários e por não poderem servir os ditos ofícios sem carta de usança conforme

a ordenação pedindo-me lhes mandasse passar carta de usança e os confirmasse em os ditos ofícios e visto por mim seus rogos lhes mandei passar a presente carta de usança pela qual os confirmo em os ditos ofícios de juizes ordinários saintes na dita eleição e mando aos vereadores que em Câmara deem juramento dos Santos Evangelhos e que eles porão a mão aos ditos Diogo de Matos e João Rodrigues juizes ordinários que bem e verdadeiramente sirvam este ano presente de juizes ordinários guardando em tudo o regimento d'el-rei nosso senhor e justiça das partes aquele juramento será presente e assinado por eles no livro da câmara conforme a ordenação e sendo-lhes dado o dito juramento como dito e mando a todos os moradores da vila do Topo e os intimo assim a todas as pessoas que conheçam obedeçam aos ditos Diogo de Matos e João Rodrigues juizes ordinários e toda a jurisdição da dita vila do Topo, etc., etc.

Foi apresentada na Câmara a 9 de janeiro.

A 4 de janeiro reuniu-se a Câmara com todo o pessoal da “governança” do concelho e acordaram se pedisse licença ao sr. Ouvidor para se “tausar” (taxar) o povo em “tausa” com que se houvesse e pudesse pagar os salários ao escrivão da Câmara e porteiro do concelho e outras coisas.

Eram bem modestos os salários em questão, porquanto em maio expediu o Ouvidor sua carta de autorização, com o nome de «Carta de licença», sendo então distribuído pelos moradores aquele imposto direto, que na época era lançado anualmente para o fim mencionado e importava em 3\$000, ou pouco mais. Justificavam tal imposto afirmando que «não havia outros bens do concelho por que se pudesse pagar e remediar as ditas despesas e outras coisas e despesas miúdas do concelho, pela pobreza deste.» Passados três séculos e, crescendo os encargos, foi novamente invocada a pobreza do concelho para sua extinção, o que sucedeu em 1855.

E, veja-se o abandono a que os governos têm votado aqueles povos, presentemente. Fevereiro de 1902 não têm os topenses ao menos um notário público que legalize o mais simples documento ou acto da sua vida civil.

Em 20 de janeiro, a Câmara do ano 1559 nas pessoas dos seus vereadores Jorge Gonçalves e Francisco Fernandes e procurador do concelho António Fernandes prestou contas da sua gerência aos novos vereadores Jordão de Matos e Diogo Álvares.

Vê-se do respectivo auto que a receita fora de 3\$226, provenientes da “tausa”, imposto direto lançado aos moradores, por autorização do Ouvidor. De tal quantia se pagaram os salários do porteiro, do escrivão da Câmara e outras despesas miúdas que houve mister, tudo na importância de 2\$826, visto que da “tausa” ficaram por arrecadar 400 réis. O lançador (tausador) do dito ano, Gaspar Fernandes, entrou depois com 400 réis de que se fez descargo aos gerentes transactos.

Mais entregaram a “caixa” do concelho com o «cofre» da eleição e «saco vazio» e pauta da eleição «que ora se acabou».

Mais entregaram os padrões de ferro: uma arroba, meia arroba, oito arráteis, quatro arráteis, dois arráteis, um arrátel, meio arrátel e quarta; que todos estavam dentro da dita caixa.

Mais entregaram o alqueire, meio alqueire, quarta, meia quarta, maquia e meia maquia, que também se achavam na referida arca.

Mais entregaram a balança de ferro e outros pesos e canada, meia canada, quartilho, etc. duas varas de almotazar, o curral do concelho com duas chaves e outras coisas a que se referia o respectivo inventário.

Mais entregou Francisco Fernandes, vereador, «o rol do prometimento que se fez e se tirou para o corregimento do sino, do qual disse o dito Francisco Fernandes tem arrecadado 560 réis, os quais disse dar pelo corregimento do dito sino, com mais 640 réis que se pagarão da fábrica, que todos fazem soma de 1\$200 reis».

Deu mais em conta dois mandados de condenação de 200 réis cada um, a saber: um deles contra Jerónimo Gonçalves e o outro contra Domingos Fernandes.

Disse mais o dito António Fernandes, procurador passado, que Jordão de Matos, Francisco Gonçalves e Domingos Fernandes deviam ao concelho 20 reais cada um, de condenação por não haverem registado no livro da Câmara os sinais de seus gados.

Era rigorosa a prestação de contas, porquanto diz a ata respectiva: “e pelo procurador passado não dar mais conta ao juiz do ano presente, lhe mandou aí que sob cargo de juramento que lhe foi dado em o dito seu officio, se acordasse até sábado se sabia e tinha alguma outra coisa do concelho — que viesse de narrá-la neste livro”.

É curiosa a forma de descargo submetida a um juramento religioso, numa época em que na Índia e mais partes ultramarinas, famigerados capitães portugueses exerciam as mais repugnantes depredações, espalhando por toda a parte o terror de bandidos armados. Glória a Deus nas alturas!

Havia no Topo dois tabeliães. Um deles servia de escrivão da câmara mediante contrato com os vereadores. Pero Dias que já exercia o cargo em 1559, comprometeu-se em março de 1560 a continuar de escrivão neste ano, com o vencimento anual de 800 réis.

O porteiro Diogo Rodrigues, ganhava anualmente meio moio de trigo e 400 réis em dinheiro.

Em 24 de janeiro foi o trigo taxado em 4 réis o arrátel, carne de carneiro a 4 réis, carne de cabra a 3 réis, carne de porco com toucinho a 5 réis, taxa que fora fixada em 1558.

Em 25 do dito mês foi deliberado que se lançasse pregão fora do adro da igreja ao sair o povo da missa de terça (às nove da manhã) que na próxima quaresma comparecesse às procissões das sextas-feiras, ao menos uma pessoa de cada casa, marido ou mulher sob pena de 50 réis.

Mais ordenaram se rapassem os bardos, dentro em oito dias, sob pena de 200 réis para os cativos e concelho.

Exame da quantidade de trigo existente em 9 de março. Dá-nos este auto de veriação uma ideia da relativa abastança de cada um dos casais daquela jurisdição.

Gaspar Rodrigues que não tinha trigo para vender nem o havia mister.

Pero Jorge disse que tinha um moio para vender.

João Álvares, o moço, tinha seu trigo encovado, não sabia pois se lhe restava, bastava ou faltava.

Tomé Gonçalves que não tinha para vender, nem o havia mister.

Domingos Gonçalves que não sabia a porção de que poderia dispor. Foi-lhe ordenado que o viesse «declarar» até sábado.

João Álvares, o velho, havia mister cinco alqueires.

Jorge Gonçalves havia mister vinte alqueires.

António Fernandes havia mister meio moio.

Francisco Fernandes podia vender um saco de trigo.

Lucas Maciel podia vender um moio.

Baltazar Dias venderia dez alqueires.

Manuel Coelho havia mister um quartoiro.

Pero da Cunha não vendia, nem o havia mister.

Pero Gonçalves, idem.

João de Oliveira, idem.

João Cardoso, idem.

Tomé Fernandes venderia dez alqueires.

Filipa Álvares, item, vinte alqueires.

Gaspar Fernandes Saramago havia mister dez alqueires.

Manuel Matos e sua mãe tinham dois moios para vender e embarcar, com despacho da Câmara transata. A mãe chamava-se Druciana de Matos.

Domingos Fernandes o não havia mister.
 Francisco Gomes havia mister dez alqueires.
 Adrião Gonçalves venderia vinte e cinco alqueires.
 Pero Homem havia mister até quatro alqueires
 Aleixo Gonçalves não havia mister.
 Manuel Rodrigues venderia dez alqueires.
 João Rodrigues, o velho, não havia mister.
 André Gonçalves havia mister vinte e cinco alqueires.
 Diogo Rodrigues havia mister meio moio.
 João Luis venderia vinte alqueires.

*

A fazenda da Fajã	70 réis
Gaspar Rodrigues e seus filhos	160 rs
Manuel Coelho	50 rs
Isabel Álvares	10 rs
Jorge Gonçalves	30 rs
Francisco Lopes	30 rs
Diogo Fernandes, filho de Domingos Fernandes	10 rs
Simão Enes	100 rs
Gaspar Gonçalves, filho de Isabel Gonçalves	5 rs
António Fernandes “Cubas”	10 rs
Francisco Fernandes Bola	50 rs
Fernão Gonçalves	50 rs
Manuel Rodrigues	10 rs
Pero Homem	10 rs
Gaspar Fernandes “Saramago”	10 rs

Rs. 3\$040

Pelo imposto supra lançado equitativamente, como é de crer, se vê que os maiores proprietários da jurisdição do Topo, na época (1560) eram Baltazar da Cunha⁶ e Pero Jorge⁷, visto que pagava cada um 170 réis.

A seguir eram os mais abastados: Gaspar Rodrigues, Estevão Cerveira, Druciana de Matos, Pero Teixeira⁸, Maria Álvares⁹, Afonso Vieira, André Fernandes e Simão Enes, os maiores contribuintes.

Da mesma lista se depreende que os apelidos de que mais usavam eram os de «Gonçalves e Fernandes».

Na mesma vereação de 18 de maio foram mencionados António Silveira e Pero da Cunha encarregados de fixar a quantidade de carradas de pedra, estacas e traves com que cada morador concorreria para calçar e consertar o porto da vila.

No referido mês apresentou-se em Câmara Sebastião Vieira e tomou juramento para servir o cargo de vereador. Não o havia feito antes por se achar ausente. Prestou igual.

⁶ Veja-se a verba do testamento de Isabel da Cunha, sua filha. Ainda em 1633 exercia o cargo de tabelião. Cf. *Testamentos da ilha de S. Jorge...*, já cit. pp. 38 e 129-130

⁷ São referidas algumas das suas propriedades na escritura de aforamento de 18.01.1597 que os mordomos das confrarias de Nossa Senhora do Rosário e do Santíssimo Sacramento fizeram ao vigário João Silveira Maciel de moio e meio de terra de pão, situadas no termo da vila. Cf. *Testamentos da Ilha de São Jorge*, já cit. pp. 181-182.

⁸ Casado com Isabel Fernandes a quem Bartolomeu Fernandes Pereira deixa em testamento de 05.02.1639 meio quarto de vinho. Cf. *Testamentos da Ilha de São Jorge...*, pp. 144-146

⁹ Maria Álvares mulher e sua irmã Águeda Luís moradoras na Ribeira Seca num gesto de gratidão deixam em testamento de 17.05.1640 para com Isabel Alvernaz que as serviu “um assento com sua casa”, mas advertem os sobrinhos que não “bulam” com isso, porquanto é vontade de ambas. Cf. *Aliviar a consciência...*, *Testamentos da Ilha de São Jorge...*, pp 20-21 e o testamento 33 do referido livro.

*

Na terça-feira, 2 de abril, constando à Câmara que se achavam homiziados na Fajã de S. João um António Lopes e Francisco Lopes, nomeou quadrilheiro a Diogo Fernandes, filho de Domingos Fernandes, então morador na dita Fajã, a fim de prender e segurar os ditos Lopes.

Em 7 de Abril foi lançado pregão para que se fizessem favais, aboborais, hortas de hortaliça, se plantassem vimes e outras árvores, na conformidade da provisão do Ouvidor e sob pena de 500 réis para cativos e concelho, ou para quem primeiro acusasse a inobservância do mandato.

Em 11 de maio foram nomeados juizes das farinhas, para o que prestaram o preciso juramento, Francisco Gomes na vila; Simão Gonçalves na Ribeira de São Pero (Pedro); e Tomé Fernandes na Ribeira Seca.

Em 18 de maio, sendo apresentada em Câmara a carta de autorização do Ouvidor para se poder lançar aos moradores a “tausa” anual, foram nomeados «tausadores» (taxadores) António Silveira e Pero da Cunha.

O imposto deste ano foi de 3\$000 reis, assim distribuído:

Manuel Gonçalves	20 réis
Simão Fernandes	15 rs
Miguel Luís	15 rs
Maria Luís, viúva	5 rs
Maria de Matos	20 rs
Joana da Rocha	40 rs
Pero Fernandes, tecelão	30 rs
Estevão Cerveira	140 rs
Dulciana Matos	140 rs
António Fernandes Bolinha	30 rs

Pedro Teixeira e filhos	140 rs
Domingos Fernandes	50 rs
Tomé Fernandes	30 rs
António Silveira	50 rs
Bastião Vieira / Afonso Vieira	50 rs
Baltazar da Cunha	110 rs
Margarida Silveira, por sua terra	170 rs
Francisco Gomes	30 rs
João Rodrigues, o Velho	20 rs
Manuel Silveira, do Faial	15 rs
André Fernandes	30 rs
Filipa Álvares	100 rs
Tomé Gonçalves	10 rs
Aleixo Gonçalves	30 rs
Maria Álvares, viúva	140 rs
Isabel Gonçalves, viúva	15 rs
André Gonçalves	30 rs
Simão Gonçalves	25 rs
Gaspar Fernandes	20 rs
Baltazar Gonçalves e seu irmão	5 rs
Ciprião Ribeiro	30 rs
João Ramalho	70 rs
Adrião Gonçalves	30 rs
Jordão Lopes	50 rs
Pero Jorge	170 rs
João Álvares, o velho	70 rs
António Dias	30 rs
João de Oliveira	40 rs

Pero Gonçalves e seu irmão	60 rs
Maria Lopes e sua filha	20 rs
Domingos Gonçalves	20 rs
Baltazar Gonçalves e seu irmão	20 rs
Isabel Luís, viúva e seus filhos	70 rs
Pero da Cunha	20 rs
Manuel Ramalho	20 rs
João Álvares, o moço	70 rs
Cosme Gonçalves	40 rs
Bárbara da Cunha	20 rs
João Cardoso	20 rs

Diogo de Matos, juiz, venderia um moio.

Diogo Álvares, vereador, venderia dez alqueires.

João Rodrigues, procurador do concelho, venderia seis alqueires.

Cosme Gonçalves não havia mister.

João de Oliveira venderia dez alqueires, não sabendo se mais, por ter o trigo “encovado”.

João Rodrigues, o moço, havia mister vinte alqueires.

Gaspar Fernandes havia mister um quartoiro.

Ciprião Ribeiro, item.

Manuel Ramalho não havia mister. Diogo de Matos o moço, tinha vendido, não sabendo por enquanto o que lhe restava.

Naquele tempo e nos anos seguintes, encovavam o trigo na rua que vai da grota à canada do Agostinho.

Na mesma data, (9 de março) o procurador do concelho, João Rodrigues, requereu à Câmara fizesse observar a postura respeitante à proibição de se exportar trigo, cera e coirama. Em virtude de

tal disposição ninguém poderia levar para fora da jurisdição, sem licença da câmara, trigo, cera e coirama, sob pena de dez cruzados para os cativos e concelho, sendo além disso apreendidos, perdidos consequentemente para seus donos, os carros, bois, barcos ou navio de transporte.

Para fiscalizarem a observância desta “postura”, foram nomeados guardas do porto, da costa, entradas e saídas da vila, Gaspar Fernandes, por alcunha o “saramago”, Manuel Rodrigues e António Fernandes. Para a vila e seu termo, Pero Homem e só para a vila Jordão de Matos. Mais nomearam para o dito fim a Tomé Fernandes, Tomé Gonçalves, Manuel Ramalho, Domingos Gonçalves e seu filho Diogo Gonçalves, Simão Gonçalves e Pero Fernandes. Os quais pelo porteiro Diogo Rodrigues foram notificados da comissão e intimados a prestar juramento.

Em 26 de Março ordenou a Câmara se tapassem os bardos em “S. Tomé e Curujal”.

*

[...] juramento para exercer o ofício de tabelião com a fiança de 20\$000, segundo o regimento e dando como fiador o seu primo Afonso Vieira, morador naquela mesma vila.

Em julho novamente se proibiu a saída de novidades para fora da jurisdição, visto que o ano ameaçava ser estéril. Portanto seria punido com dez cruzados¹⁰ de multa todo o que exportasse trigo, cevada ou centeio, sendo apreendidos barcos, navio, carros ou besta de transporte.

Trigo da nova colheita

Em 3 de setembro se fez novamente um cálculo sobre a produção do trigo neste ano e da quantidade que cada um havia mister.

¹⁰ Cada cruzado equivaleria a 400 rs.

António Fernandes Bola venderia uns cinquenta alqueires.

João Rodrigues, o velho, não vendia nem havia mister.

Diogo de Matos, o moço, filho de Jordão de Matos, vendia 5 moios.

João Luis, solteiro, vendia meio moio.

Manuel Rodrigues não havia mister.

Cosme Gonçalves *idem*.

Miguel Fernandes havia mister um alqueire.

Belchior Gonçalves venderia três moios.

Lucas Maciel tinha até seis moios para sua provisão, porque se queria mudar para a Terceira.

António Silveira não havia mister; «que lhe deviam certas dívidas, e que se lhe pagassem em trigo poderia vender, não podendo precisar a porção.»

Francisco Lopes não havia mister.

João Silveira vendia 2 moios.

Francisco Fernandes Bola, venderia 4 moios, sendo 3 de sua lavrança, e 1 de Nossa Senhora.

Manuel Coelho havia mister meio moio.

*

Catarina Coelho, sua filha, precisa um quartoiro.

António Fernandes Cubas havia mister um moio.

Domingos Gonçalves venderia 2 moios e 20 alqueires.

Afonso Vieira venderia 20 alqueires.

Diogo Fernandes, seu filho, não havia mister.

Jorge Gonçalves havia mister 40 alqueires.

Filipa Álvares; *idem*.

João Álvares, o moço, não havia mister.

Isabel Luis, viúva, havia mister um quartoiro.

João Rodrigues, o moço, item meio moio.

Tomé Fernandes venderia 20 alqueires.

Pero Fernandes tecelão havia mister 20 alqueires.

Simão Fernandes item 40 alqueires.

Pero Teixeira não havia mister.

Druciana de Matos e seu filho Manuel de Matos poderiam vender dois moios.

Simão Gonçalves havia mister meio moio.

Baltazar da Cunha não vendia, precisava de todo o seu trigo para sua provisão.

Diogo de Matos, o velho, havia mister um moio.

Adrião Gonçalves vendia 2 moios e 15 alqueires.

Francisco Gomes não havia mister.

Aleixo Gonçalves, *idem*.

Pero Gonçalves, *idem*.

André Fernandes havia mister 6 alqueires.

Gaspar Rodrigues não havia mister.

Pero Jorge vendia um moio.

Manuel Ramalho não havia mister.

João Álvares, o velho, havia mister meio moio.

Gaspar Fernandes não havia mister.

Jordão de Matos não sabia o trigo de que poderia dispor, pelo que os vereadores lhe tomaram juramento de não vender trigo até domingo próximo, devendo até ao mesmo dia ir declarar em Câmara o seu trigo.

Em 15 de setembro deliberavam se fizesse o “peitoril do adro” da igreja daquela vila, pelos marcos que pelo Sr. Bispo haviam sido determinados, que opinião de muitas pessoas contrariava este plano de obra.

«Porquanto, diziam, estava esta quase completa, e o adro cerrado. Que a observarem-se as determinações do Prelado, os marcos acima da porta principal entravam no chão de Baltazar da Cunha, que não queria derrubadas suas paredes nem arruinadas suas

benfeitorias, e por isso punha embargos. E assim se fizesse o dito «peitoril» mais para baixo dos marcos apontados pelo Bispo».

Que não podia prevalecer tal opinião; e que deviam obedecer ao Bispo para evitar penas e trabalhos. Que Baltazar da Cunha, então ausente, diria depois da sua justiça, respondendo o concelho pela indemnização precisa.

No 1.º de outubro foram eleitos «lausadores» da quantidade de pedra com que cada morador concorreria para o «peitoril» do adro, sendo eleitos para tal fim, Baltazar da Cunha e Francisco Fernandes, moradores na dita vila. Estando eles presentes, prestaram juramento de bem servir.

O vigário e reitor da igreja do Topo era então Afonso de Ponte Maciel, que estando presente em vereação da Câmara deu sua aprovação para as obras do adro do templo. Feita a obra por conta de um Manuel Gonçalves, sapateiro, natural de Angra, pediu à Câmara, em novembro, licença ao Ouvidor para lançar pelo povo um imposto a fim de se pagar a despesa feita com aquele melhoramento.

1607

Juízes: Pero Dias Pereira e Manuel da Silveira Ávila.

Vereadores: Pero Cardoso e Pero Quadrado.

Procurador do concelho: Diogo de Matos.

Escrivão da Câmara: João da Silveira Borges.

Na ausência de Pero Quadrado, foi eleito Manuel da Silveira Borges para servir de vereador.

Alcaide: Diogo de Matos.

Porteiro: Simão de Freitas.

Em novembro ordenaram em vereação aos almotacéis que mandassem consertar as fontes; e fosse aplicada a pena de 400 réis a cada um dos moradores que faltara ao conserto dos caminhos.

No 1.º de Dezembro os oficiais da Câmara fizeram ir ante eles os carpinteiros Antão Gomes e António Cerveira a fim de os compelir a «fazer e consertar a casa do concelho».

Na mesma data deliberaram se desse trigo aos padeiros para amassarem pão ao povo. E condenaram em 100 réis a João Francisco, rendeiro das farinhas, por não estar no moinho, como lhe fora mandado. E porque os carpinteiros recusavam consertar a casa do concelho foi-lhes intimado que sob pena de 5 cruzados fizessem a obra conforme a correição. Mais ordenaram que a renda da imposição andasse em pregão, por ser mais vantajoso para o concelho.

E porque as águas das chuvas alagaram a vila foi ordenado se fizessem bueiros e valados onde necessário fosse.

A requerimento de Pedro Afonso foram nomeados demarcadores das terras de mato daquele, João Dias Gato e Marcos Gonçalves. Aqueles terrenos confinavam com terras do concelho.

No referido mês de dezembro foram os oficiais da Câmara visitar os terrenos para verificar se os moradores da vila e seu termo tinham cultivadas suas hortas.

Foi depositário da imposição de dois por cento Álvaro Fernandes.

1617

Juiz: Diogo Vaz Salgado

Vereadores: João da Silveira Borges e António Fernandes Amaral.

Procurador do concelho: Gaspar Fernandes Quadrado.

Escrivão da Câmara: Baltazar Fernandes de Morais.

Porteiro: Simão de Freitas.

1618

Juízes: Gabriel Teixeira da Silveira e Pero Dias Pereira.

Vereadores: António Pacheco e Jorge da Cunha.

Procurador do Concelho: António Simão.

Escrivão da Câmara: Baltazar Fernandes de Morais.

Porteiro: Simão de Freitas.

Em 9 de Janeiro foram nomeados almotacéis para o mês corrente, Fevereiro e Março: Baltazar Gonçalves Teixeira e Gaspar Gato.

Guardas na vila: Francisco Luís, sapateiro e António Cardoso, tanoeiro; no Monte: Tomé Fernandes e João Jordão; na Fajã: Bartolomeu Dias. Padeira na vila, por nomeação da mesma Câmara, Francisca Rodrigues.

Houveram os portos por cerrados. Que barco nenhum iria de viagem sem licença da câmara.

Que o moleiro tivesse toda a noite “candeia” no moinho e picasse as pedras (moendas) três vezes por semana. Carregaria e descarregaria os sacos, sob pena de 500 réis.

A imposição de 2% foi arrematada por António Luis, sapateiro, no valor de 7\$300.

Ainda neste tempo não havia no Topo forte algum para impedir as invasões dos inimigos. A única defesa era um portão forte, sobre o porto, fechando a estrada que levava à povoação. Havia uma só companhia de milicianos, cujo capitão, já então denominado capitão-mor, se chamava João da Silveira Borges.

E como era de recear que a Vila ou a Fajã de S. João fossem invadidas pelos moiros, tomou a Câmara as seguintes providências a requerimento do capitão-mor: que se fizesse o portão de novo, por se achar arruinado e se construísse uma casa de vigia, sobre o porto para que as sentinelas não estivessem expostas ao rigor do tempo. Assim se fez neste mesmo ano.

Quanto a S. João ordenaram que ninguém ficasse lá de noite, sob pena de prisão.

No mesmo ano, estando de correição no Topo o desembargador João Correia de Mesquita, propôs o capitão-mor se organizasse

outra companhia de ordenança, visto haver gente para ela. Assim se fez, sendo eleito novo capitão o juiz Gabriel Teixeira da Silveira, alferes o juiz Pedro Dias Pereira e sargento Lourenço de Ponte.

Exame do trigo existente em março de 1618

Marcos Fernandes	precisava	10 alqueires
Francisco Cerveira	«	5 «
Rafael Coelho	«	20 «
Diogo Fernandes	«	5 «
Manuel Ferreira	«	5 «
Simão do Amaral	«	30 «
Manuel Rodrigues	«	20 «
Gaspar Fernandes	«	5 «
Manuel Alves	«	5 «
Tomé Fernandes	«	5 «
Pero Fernandes	«	15 «
Bartolomeu Fernandes	«	6 «
Pero Luis	«	10 «
Gaspar Marques	«	5 «
Baltazar Gonçalves Simão	Estava provido	
António Luis	«	
Pedro Luis	«	
Joao Francisco	«	
Sebastião Marques	«	
António Vaz Pereira	«	
Francisco Vaz	«	
António Gonçalves	«	
Diogo Fernandes	«	
João Matos	«	

Também estavam providos: António Gomes, Francisco Luís, Henrique Fernandes, Jerónimo Rodrigues, Jorge Gonçalves, Baltazar Gonçalves, Pero Quadrado, Diogo Vaz, Lourenço da Ponte, João Dias de Águeda, Francisco Silveira de Ávila, António da Silveira Ávila, André Rodrigues, João Fernandes, Sebastião Marques, Manuel Rosa e Baltazar Cunha.

Em 5 de maio deliberou a Câmara que sobre o porto se pusesse uma bandeira e que ninguém que viesse de fora passasse dela, para cima sem despacho, sob pena de 2\$000.

Em junho reunido o povo com todas as pessoas da governança foi deliberado concorrerem todos os moradores com seus serviços e ofertas no sentido de se consertar a igreja, por se achar esta arruinada e ameaçando cair. Todos da melhor vontade se prontificaram a subscrever com o que necessário fosse para aquela obra de piedade.

No referido mês expôs o capitão-mor em Câmara constar-lhe projetarem os moiros inimigos uma invasão nestas ilhas; e que portanto era preciso esperar por eles, preparando-se para tal fim, com celeiro de mantimentos.

Pela maioria do povo foi dito não ser preciso um celeiro comum, mas que cada um cozeria a quantidade de “biscoitos” suficiente para se proverem em caso de terem de guardar a costa por algum tempo.

Em setembro ordenou a Câmara aos moradores da Ribeira Seca, se munissem com alviões e enxadas para irem fazer o caminho do porto da Fajã de S. João, sob pena de 200 réis para o conceelho e cativos.

O vinho este ano foi taxado a 12 réis a canada.

Em outubro registou sua provisão de juiz dos resíduos e órfãos em toda esta ilha, Pero Cunha Machado, em substituição de Simão Fernandes Baleeiro, então preso «por dívidas que devia à Fazenda Real.» Naquele tempo era corregedor de comarca nos Açores Roque da Silveira.

1621

Capitão-mor: João Silveira Borges e sargento-mor Francisco da Silveira de Ávila.

1622

Juízes: Gabriel Teixeira da Silveira e João Quadrado.

Vereadores: Baltazar Fernandes de Morais e Manuel da Rosa.

Procurador do concelho: Francisco Lopes

Escrivão da Câmara: Diogo Luís Barreto.

Porteiro: Simão de Freitas

Tabelião: Baltazar Fernandes de Morais

1623

Juízes: Gaspar Gato de Sousa e Baltazar da Cunha da Silveira e Ávila.

Vereadores: António Pacheco e Gaspar Dias de Águeda.

Procurador do Concelho: Diogo de Matos Mendes.

Escrivão da Câmara: Diogo Luís.

Tabelião: Baltazar Fernandes de Morais.

Porteiro: Simão de Freitas.

Em janeiro mandou a Câmara andasse em pregão a renda do verde. Outrossim fixou em 1\$000 o vencimento anual do porteiro Simão de Freitas.

Que ninguém exportasse trigo e vinho, pena de 50 cruzados.

Nomeados almotaceis: Lucas Gato e António de Matos da Silveira.

Que se lançasse pregão para se observar dia de S. Sebastião o costume anual, a saber: os moradores da vila enramariam suas portas e as ruas; e os moradores do monte enfeitariam o adro da igreja.

Foram nomeados padeiras Águeda Silveira e Francisca Rodrigues. A nomeação de «tausadores» para os que exerciam officios, recaiu em António da Silveira Ávila, João de Matos da Silveira e António Vaz Salgado.

Francisca Rodrigues, mulher do porteiro Simão de Freitas, prestou juramento para bem desempenhar o cargo de padeira.

A imposição de 2% foi arrematada por Mateus Fernandes na quantia de 8\$100.

Na prestação de contas entregaram os officiais do ano passado aos do ano presente «esta casa do concelho, fechada com cinco bancos, a mesa dos tabeliães, a sede onde fazem os juizes as audiências, com sua grade pelo meio da casa, sua arca fechada onde estão os livros desta Câmara e o livro da ordenação», etc.

Mais entregaram a casa do açougue, com sua grade pelo meio da casa, sua arca fechada onde estão os livros desta Câmara, e o livro da ordenação», etc.

Mais entregaram a casa do açougue, com seus pertences e curral do concelho, casa mandadas construir no ano antecedente, pelas não haver. Entregaram o pelourinho com seu cepo e grifa e também entregaram «forca», os padrões de pesos e medidas, etc.

Damos nova lista de moradores que responderam ao exame de trigo, feito em março, porque nela aparecem já outros apelidos que não têm figurado nas anteriores, como exemplo o de Goulart.

Manuel da Rosa havia mister algum trigo.

Manuel Gonçalves Borges venderia três quarteiros.

João Machado estava provido

Manuel Cardoso havia mister.

António Domingos estava provido.

Gabriel Pereira «

Pero Mendes «

António Vaz Pereira «

Baltazar da Cunha	«	
Francisco Lopes	«	
Marcos Gonçalves	«	
Sebastião Correia	«	
Pero Fernandes	«	
Baltazar Gonçalves Simão	«	
João Goulart	«	
Pero Quadrado	«	
Amador Gonçalves	«	
António Simão	«	
Manuel Gonçalves Jorge	«	
João Ramalho	«	
Jorge Gonçalves	«	
Sebastião Marques	«	
Lázaro Silveira	«	
Jorge da Cunha	«	
António da Silveira Ávila	«	
Diogo Vaz	«	
Francisco da Silveira Ávila	«	
Jorge Fernandes	«	
Custódio Gonçalves	«	
António Fernandes	«	
Manuel Alves	«	
António João	«	
João Dias de Águeda	«	
Rafael Coelho		havia mister
Gaspar Marques		»
João Rodrigues		»
António Luís do Amaral		»
Francisco Gomes		»
Lourenço de Ponte e Francisco Fernandes		»
Adrião Gonçalves		»

No referido mês de março, houve a Câmara os portos por cerrados, em consequência da falta de mantimentos. O transgressor perderia carro, besta de transporte, barco e escravos, além de pena de 10 cruzados.

Foi nomeado almotacé, Francisco Lopes do Amaral; padeira, Isabel Ramalho.

E ordenou a Câmara que os moradores tapassem os bardos e cancelas, pena de 500 réis. Os cancelos seriam feitos com «pau-a-pique».

Em abril expôs em Câmara o procurador do concelho que os proprietários da Fajã de S. João se queixavam da destruição que nas vinhas haviam causado as cabras dos dois únicos criadores daquele gado, que haviam feito curral dele na Ribeira de S. João.

Tomou a vereação as precisas providências para obstar aos danos e perdas das vinhas, impondo a pena de 1\$000 e obrigação de pagar todos os prejuízos, visto que, «a gente desta vila não tem outro refresco senão as ditas vinhas».

Em maio, pelo capitão-mor Gabriel Teixeira da Silveira foi dito em Câmara que por haver aviso de que os moiros andavam entre estas ilhas, tinha nomeado vigias. De noite estaria sobre o porto da vila um cabo com a sua gente, e de dia estaria só uma sentinela. Requeria à Câmara aprovasse e confirmasse tais providências.

Em 6 de junho, presente o capitão-mor, membros da Câmara na rua pública, com o pedreiro Manuel Pires, da vila das Velas, foram todos examinar o porto para efeito de se construir alguma fortificação, na conformidade da correição do desembargador Manuel Correia de Borba. Viu-se que era preciso construir 12 braços de muro; muito bem feito, com espessura e altura suficientes, comprometendo-se o dito pedreiro a fazer a obra por 6\$600 e dando como fiador Lourenço da Ponte.

Em 26 de agosto, como se procedesse às vindimas na Fajã de S. João, requereram os interessados à Câmara que por haver falta

de peixe, fizesse ir pescar a António Soares, «com seus companheiros.» Ordenou a Câmara que fosse o dito Soares pescar três vezes por semana, varando o barco na Fajã de S. João, para utilidade dos moradores, sob pena de 200 réis pagos da cadeia se recusasse ir ao mar.

E porque António Soares, Francisco Rodrigues, João Soares e Gaspar Gomes não compareceram na feitura do caminho da mesma Fajã, os houveram por condenados em 30 réis cada um, quantia que então representava o salário dum dia de trabalho. Os condenados moravam na dita Fajã.

Foi declarado em Câmara por António Vaz Salgado que tinha 12 pipas de vinho do dízimo para levar para Angra, o que pelo menos eleva a produção de vinho na jurisdição a 120 pipas.

Em 11 de novembro pelo procurador do concelho foi requerido «que os caminhos do concelho estavam levados de um dilúvio que Deus foi servido de nos mandar, por nossos pecados, e que não se podiam servir por esta vila com carros nem com bestas». «Que requeria se mudasse o dito caminho.»

Assentiu a Câmara, sendo nomeado António Silveira Ávila e Francisco da Silveira Ávila para estudar a questão e ver por onde conviria mais traçar a nova estrada. Para isso mandou a Câmara se reunisse o povo no sítio da Macela de António de Matos, termo daquela vila.

No dia 25 houve nova aluvião que produziu novos estragos, levando as terras de pão e de matos. Resolveu a vereação se abrissem valados nas terras de Francisco Lopes e nas dos Herdeiros de Francisco da Silveira Vilalobos.

Em dezembro apresentou em Câmara seu título de nomeação de «mamposteiro da Santíssima Trindade» (para redenção dos cativos) Diogo Vaz Salgado. Foi registado no competente livro a provisão do dito “mamposteiro”, Vaz Salgado, para servir na igreja da vila e ermida de S. João. Foi-lhe concedida por Paulo Gomes Leal,

que servia de mamposteiro-mor, — escrivão Manuel de Matos da Silveira. O mamposteiro-mor de toda esta ilha era Gaspar Pacheco Maciel.

Pela mencionada provisão se lhe concediam muitos privilégios: não poderia ser obrigado a levar castelo em procissões; ficava isento de aposentadorias; não podia ser besteiro de conto, etc, etc.

Faltam os livros do concelho, e de governo militar desde 1624 a 1670 o 1.º das correições começa em

1637

Juízes: João Goulart e João Teixeira.

Vereadores: Francisco Lopes de Amaral e António da Silveira Borges

Procurador do concelho: Lázaro Cerveira

Escrivão da Câmara: Diogo Luís Barreto.

Tabeliães: António Silveira Borges e Baltazar Fernandes Morais.

Também foram vereadores neste ano António de Matos Silveira, Baltazar da Cunha da Silveira e Sebastião Marques.

Em 25 de setembro esteve de correição no Topo o corregedor de comarca Dr. Diogo Marchão Temudo, e entre outras coisas inquiriu se naquela vila havia «competências ou bandos».

Mandou se fizessem grades de ferro para a cadeia; se fizesse a calçada acima do portão do porto até ao valado da Guarita, se pusesse um cano na fonte nova, de modo que o gado o não danificasse.

Provendo sobre administração da justiça, expôs: «Achei que nesta Vila Nova do Topo há grande devassidão em furtos de «formiga», e outros de maior consideração, por se arrecarem as pessoas a que se fazem os furtos dar querela aos ladrões em razão de alguns ouvidores do capitão inadvertidamente haverem mandado, que os querelosos paguem aos querelados todas as custas que fazem

em seu livramento, enquanto não hão sentença de maior alçada, ficando por este modo com o seu furtado, e gastando além disso seu dinheiro no livramento dos ladrões, que por serem de ordinário pessoas pobres não têm com que satisfazer». Mandou cessar o abuso, e que dado o caso de insistirem os ouvidores, levassem as partes seu agravo para corregedor da comarca, na certeza de «terem o vencimento certo».

Mais proveu se fizesse um guindaste no porto para por ele «se poderem alar os quartos de vinho, e ainda a gente quando o mar estiver bravo». E que o fizessem no prazo de um ano, sob pena de dez cruzados.

E porque os ouvidores, invocando uma provisão do ano de 1626, usurpavam o poder real metendo-se a fazer correição e outros atos que lhe não competiam, abusos que cometeu o Ouvidor desta ilha no ano passado de 1636 na vila da Calheta e do Topo, tirando devassa dos oficiais, fazendo provimentos, tomando contas das rendas da imposição e 2%, fazendo eleição dos oficiais da Câmara, avocando a si os feitos que pendiam ante os juizes, conhecendo agravos e decisões, tomando querelas, autos e denúncias, tirando devassas particulares de morte, e, outros casos graves, fazendo enfim os ouvidores do capitão o officio de corregedor, estando o mesmo na comarca, vindo assim a ser cinco os corregedores, porque eram quatro os ouvidores do dito capitão, ordenou que não obstante terem subido embargos a respeito do assunto, havia cinco anos, — nenhum ouvidor exercitasse jurisdição de corregedor, sob pena de 50 cruzados e 4 anos de degredo para África. A mesma pena e pena de suspensão de seus officios era cominada aos tabeliães que occorressem ao juízo dos ditos ouvidores.

Extraímos do respetivo auto de correição as providências seguintes por as julgarmos curiosas: «Achei que trazendo-se varas vermelhas com as armas reais de todas as ilhas, só nesta (de S. Jorge)

as trazem ainda os juizes, pretas. Mando que as tragam vermelhas com as ditas armas, pena de 5 cruzados para meirinho e cativos.»

«Achei que os Bispos mandaram aos párocos que façam fintas pelos fregueses para as coisas que são necessárias na igreja. E eles as fazem e elegem sacadores, pertencendo o passar estas fintas até quarenta mil réis aos provedores das comarcas e daí para cima ao Desembargo do Paço. E porque, sem respeito às leis civis, assim o fez um vigário do norte; mando os juizes e oficiais da Câmara não consintam as ditas fintas, e procedam contra os sacadores, sob pena de 50 cruzados para cativos e acusador».

Tomou este corregedor muitas outras providências para acabar [com] abusos e ordenar a reta administração da justiça naquela vila.

1638

Juiz: António de Matos da Silveira.

Vereadores: Francisco Correia da Silveira, António Teixeira Machado e António Vaz Pereira.

Procurador do concelho: Aleixo Gonçalves

Escrivão da Câmara: Diogo Luis Barreto

1639

Juízes: Pero Correia da Silveira

Vereadores: Gaspar Gaio de Sousa, Paulo Ferreira e António Simão.

Procurador do concelho: Pero Gonçalves.

Escrivão da Câmara: Diogo Luis Barreto

1640

Juízes: António da Silveira Borges e Jorge da Cunha Teixeira

Vereadores: Pero Gonçalves, servindo no impedimento dos vereadores.

Procurador do concelho: António Dias.

Escrivão: Barreto.

1641

Juízes: Sebastião Marques e António da Silveira.

Vereadores: Simão da Cunha de Águeda, Lázaro Cerveira e Diogo Luis Goulart.

Procurador do concelho: José Marques.

Escrivão: Barreto.

1642

Juízes: Pedro da Silveira Borges e Jorge da Cunha Teixeira

Vereadores: Baltazar Gonçalves Teixeira, André Fernandes e António da Cunha.

Procurador do concelho:

Escrivão: Barreto.

1643

Juízes: Baltazar da Silveira Borges e Francisco da Silveira Sousa.

Vereadores: Diogo Vaz Salgado, Lourenço Fernandes e Simão Gonçalves de Sousa.

Procurador do concelho: ...

Escrivão: Barreto.

1644

Juízes: Baltazar da Cunha Lopes e António Teixeira Machado.

Vereadores: António da Silveira Borges, João Goulart e Gonçalo Afonso.

Procurador do concelho: Inácio Dias Coelho.

Capitão-mor: António da Silveira Borges (vereador).

Escrivão: Barreto.

Em 10 de agosto esteve na correição do Topo o Dr. Manuel Figueira Delgado. Representaram-lhe os oficiais da Câmara que a cadeia estava caindo e sem grades; e que estando o dinheiro em cofre para se proceder a reparos veio uma carta de dois juizes do Conselho da Fazenda que se levantassem os embargos que pelos corregedores passados estavam feitos para a dita obra. Respondeu o corregedor que levaria o assunto ao conhecimento de Sua Majestade.

Ordenou a mesma autoridade se picasse o pátio do desembarcadorio do porto e se fizessem degraus para se saltar. Em 1859 fez-se ali, pela direção das Obras Públicas um novo muro de defesa ao mar e rebaixamento do desembarcadorio.

Assinaram este auto de correição, além dos oficiais da Câmara, as seguintes pessoas: Jorge da Cunha Teixeira, Simão Gonçalves de Sousa, Francisco Correia da Silveira, João Luis Teixeira, Baltazar da Cunha Teixeira, Francisco da Silveira Ávila e Pedro Teixeira da Silveira.

Pela prestação de contas ao procurador do concelho Inácio Dias Coelho, se vê que a receita da Câmara, proveniente de foros, coimas e condenações, no tocante ao ano de 1643, fora de reis 13\$265.

Esses foros eram: um moio de pasto de que Aleixo Gonçalves pagava 1\$000.

Domingos Ramalho pagava 1\$000 de foro de outro meio de pasto.

Maria Dias: 1\$000 de um meio de pasto.

Lázaro Nunes: 1\$000 de um meio de pasto.

Gonçalo Afonso: 1\$430 de um moio de pasto.

Inês Gonçalves: 530 reis do meio moio do pasto.

Francisco Marques: 400 réis de uma terra de pasto.

O capitão Jorge da Cunha Teixeira: 500 réis de uma terra situada no chamado «Pico do Telheiro».

Renda do verde: 865 reis.

A despesa do ano 1644 foi de 12\$057.

Entre as verbas respetivas figura a de 640 réis importância de duas varas para os juízes.

Com a correição do Dr. Figueira Delgado: 2\$948; de modo que eficacíssimas as visitas de tal magistrado, saíam elas assaz dispendiosas para o cofre municipal.

Vencimento do porteiro António Fernandes: 1\$400.

Vencimento do escrivão da Câmara: 3\$404.

1647

Juízes: Jorge da Cunha Teixeira.

Vereadores: Simão Gonçalves Barreto e...

Procurador do concelho: António João.

Escrivão: Barreto.

Capitão-mor: António da Silveira Borges.

1648

Juízes: António Teixeira Macedo e António Pacheco Brasil.

Vereadores: Lázaro Nunes, Sebastião Marques e Inácio Dias Coelho.

Procurador do concelho: António Belo.

Escrivão: Barreto.

Capitão-mor: Silveira Borges.

Estando de correição o Dr. António Raposo, autorizou se concertasse de calçada o caminho que ia da ermida de N. S. da Ajuda até ao porto.

Que das rendas de redízima do Marquês Alcaide-mor, e das rendas dos moinhos, se procedesse a reparos na cadeia.

Assinaram o auto de correição, além dos juízes e vereadores, Pero Teixeira da Silveira, António de Matos da Silveira, Francisco da Silveira de Ávila, António Simão, Manuel Ferreira Teixeira e André Dias Teixeira.

Foi o Dr. António Raposo o corregedor que proibiu exercesse o cargo de juiz quem não soubesse ler e escrever, visto o inconveniente que resultava de tal facto.

Eram capitães das duas companhias da ordenança, Jorge Cunha Teixeira e Francisco Correia da Silveira.

1649

Juízes: António da Silveira de Ávila e Francisco Correia da Silveira.

Vereadores: João Teixeira, André Fernandes Fagundes e Sebastião Cardoso.

Escrivão da Câmara: Baltazar da Cunha da Silveira.

Capitão-mor: Silveira Borges.

1650

Juízes: António «Cosmaqua» da Silveira e...

Vereadores: Amaro Teixeira, António Simão Belo e...

Procurador do concelho: Paulo Afonso.

Escrivão: Baltazar da Cunha da Silveira.

Capitão-mor: Silveira Borges.

1651

Juízes: Manuel Ferreira Teixeira e Diogo Luís Goulart.

Vereadores: Sebastião Marques, Pedro Teixeira da Silveira e Lázaro Nunes.

Procurador do concelho: Pedro Nunes Evangelho.

Escrivão: Diogo Luís Barreto.

Esteve de correição o Dr. Sebastião Abreu Serrão. Fez eger capitão-mor, visto António Silveira Borges o não poder ser, por desempenhar o ofício de tabelião. Saiu eleito capitão-mor, Pedro Teixeira da Silveira.

Neste tempo havia um só moinho na jurisdição, chamado moinho d'el-Rei. Era na ribeira de S. Tomé. Pertencia em 1860 a Maria Isabel da Glória, viúva de Manuel Jacinto Borges da Silveira, morador que foi nos Alqueives.

Não podiam os moradores servir-se da atafona, de modo que em anos de seca padeciam notável privação de farinhas. Pediram ao corregedor providências a respeito.

1652

Juízes: sargento-mor Francisco Silveira d'Ávila e António Pacheco Brasil.

Vereadores: capitão Francisco Correia, Marcos Gonçalves e Lázaro Cerveira.

Procurador do concelho: António Leal da Silveira.

Escrivão: Diogo Luís Barreto.

Capitão-mor: Pedro Teixeira da Silveira.

Sargento-mor: Francisco Silveira de Ávila.

1653

Juízes: Gaspar Gato de Sousa e...

Vereadores: António João, António Marques e João Pereira Brasil.

Procurador do concelho: António Simão

Escrivão da Câmara. — Baltazar da Cunha da Silveira

Capitão-mor: Pedro Teixeira da Silveira

Sargento-mor: Francisco Silveira de Ávila.

Bibliografia

- AVELAR, José Cândido da Silveira, *Ilha de S. Jorge (Açores). Apontamentos para a sua história*, Horta, Tip. Minerva, 1902.
- CUNHA, Padre Manuel de Azevedo da Cunha, *Notas Históricas I — Estudos sobre o Concelho da Calheta (S. Jorge); II — Anais do Concelho da Calheta (S. Jorge)*, recolha, introdução e notas de Artur Teodoro de Matos, Ponta Delgada, Universidade dos Açores, 1981.
- DIAS, Urbano de Mendonça, *A Vila*, vol. 6.º, Vila Franca do Campo, 1927.
- , *A vida dos nossos Avós*, vol. 3.º, Vila Franca do Campo, Tip. A Crença, 1944,
- DRUMOND, Francisco Ferreira, *Apontamentos Topográficos, Políticos, Cíveis e Eclesiásticos para a História das nove Ilhas dos Açores servindo de Suplemento aos Anais da Ilha Terceira, com um estudo introdutório leitura e fixação do texto e índices de José Guilherme Reis Leite, Angra do Heroísmo. Instituto Histórico da Ilha Terceira, 1990.*
- FRUTUSO, Gaspar, *Saudades da Terra*, Livro VI, ed. de João Bernardo de Oliveira Rodrigues, Ponta Delgada, Instituto Cultural, 1963.
- Insulano (O)*, ed. de José Paulino da S. e Costa, n.º 1 a 11 (1893-1903), Vila Nova do Topo, Calheta S. Jorge.
- MATOS, Artur Teodoro de, “Síntese Histórica (1427-1580)” in *História da Arte nos Açores (1427-2000)*, coord. científica de Delfim Sardo, João Vieira Caldas, Vítor Serrão, Angra, Secretaria Regional da Educação e Cultura, 2018.

- , *Aliviar a consciência e cuidar da alma: Testamentos da Ilha de São Jorge (1518-1656)*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa-CEPCEP, 2020.
- MENESES, Avelino de Freitas de, *A Ilha de São Jorge. Uma síntese histórica*, Ponta Delgada, edições Letras Lavradas, 2013.
- NARCISO, Armando, *Terra Açoreana. Monografia Romântica*, Lisboa, Edições Paulo Guedes, 1932.
- PEREIRA, José Augusto, *Padres açorianos*, Angra do Heroísmo, União Gráfica Angrense, 1939.
- SILVEIRA, Martim Afonso Jardim Cunha da, “Do Contributo Flamengo nos Açores” in *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, vol. XXI-XXII (1963-1964). Angra do Heroísmo.
- SOUSA, J. Duarte de, *Ilha de S. Jorge, Apontamentos Históricos e Descrição Topográfica*, 2.^a ed., Velas, Câmara Municipal, 2003.

Índice analítico

- Aborais, 24
- Açougue do concelho, 85
- Adro, construção do peitoril do, 78, 79
- AFONSO, Gonçalo, 93, vereador, 92
- AFONSO, Pedro, 25, 80
- Agricultura, fomento da, 24
- ÁGUEDA, Gaspar Dias de, vereador, 84;
- ÁGUEDA, João Dias de, 83, 86
- ÁGUEDA, Simão da Cunha de, vereador, 92
- Alçada dos ouvidores, usurpação, 90
- Alcaide, Diogo de Matos, 79
- Almotacé: Francisco Lopes do Amaral, 87; Baltazar Gonçalves, 81
- Almotaceis do mês: 81; nomeação de, 84
- Aluviões, 88
- ÁLVARES, Diogo: 36; vereador, 66, 68, 75
- ÁLVARES, Filipa, 70, 74, 77
- ÁLVARES, Isabel, 71
- ÁLVARES, João, o moço, 70, 75, 77
- ÁLVARES, João, o velho, 70, 74, 78
- ÁLVARES, Maria, 72

- ÁLVARES, Maria, viúva, 74
ALVERNANZ, Isabel, 72
ALVES, Manuel, 82, 86
AMARAL, António Fernandes, vereador, 80
AMARAL, António Luís do, 86
AMARAL, Francisco Lopes de: 87; vereador, 89
AMARAL, Simão do, 82
ARAÚJO, Francisco António de, capitão-general, 53
Armamento das Ordenanças, 56
Armas do concelho do Topo, 8
Arquitectura do Topo, 10
Arquivo da Câmara da Calheta, 7
Arquivo das Câmaras do Topo e Calheta, 64
Arquivo do concelho do Topo, 6
Arquivos municipais, 7
Atafonas, proibição do seu uso, 22, 96
AVELAR, José Cândido da Silveira, 9, 11, 12, 25
ÁVILA, António da Silva, 86
ÁVILA, António da Silveira de: 26, 52, 53, 63, 83, 88; juiz da Câmara, 95; tausador, 85
ÁVILA, Baltazar da Cunha da Silveira e juiz da Câmara, 84
ÁVILA, Francisco da Silveira de: 26, 55, 86, 83, 88, 93, 94; juiz da Câmara e sargento-mor, 96; sargento-mor, 84, 96
ÁVILA, João Silveira de, 55
ÁVILA, Manuel da Silveira, juiz da Câmara, 79
AZEVEDO, António Borges de, 57
AZEVEDO, Catarina Machado de, 53
Baía, 34
BALEEIRO, Simão Fernandes, juiz dos resíduos e órfãos, 83
Bandeira hasteada sobre o porto, 83
Bandos, 89

- Bardos e cancelas, 87
Bardos: 24, 25, 76; reparação de, 70
BARRETO, Diogo Luis: 57; escrivão da Câmara, 84, 88, 91, 92, 94-96
BARRETO, Simão Gonçalves, vereador, 94
Bens do concelho do Topo, 18
Bens e recheio da Casa do concelho, 85
BETTENCOURT, António da Silveira de, 57
BETTENCOURT, João de, morgado, 10, 61
BETTENCOURT, José Maria de, 58
Bispo de Angra: 31; abuso do, 91
BOLA, Francisco Fernandes, 71, 77
BOLINHA, António Fernandes, 73
BORBA, Manuel Correia de, desembargador, 87
BORGES, Amaro da Silveira: 52, 53, 55, 92; vereador, 89
BORGES, António Silveira: 51, 52; juiz da Câmara, 91; tabelião, 89, 95
BORGES, Baltazar da Silveira, juiz da Câmara, 92
BORGES, Francisco da Silveira, padre, 63
BORGES, Gabriel Silveira: 51, 52; capitão-mor, 10, 61
BORGES, João da Silveira: capitão-mor, 32, 81, 84; escrivão da Câmara, 79; vereador, 80
BORGES, Manuel da Silveira, vereador, 79
BORGES, Manuel Gonçalves, 85
BORGES, Manuel Henrique Borges, 58
BORGES, Silveira, capitão-mor, 94, 95
Boticas, concelho de, 34
BOTO, Gaspar Gonçalves, 57
BRASIL, António Pacheco, juiz da Câmara, 96
BRASIL, João Pereira, vereador, 96
Cabras, 23
Cadeia, 35; degradação da, 28, 93
CALDAS, José Vieira, 9

- Calheta*: 53, 61; capitania-mor da, 51, 52; concelho da, 5
Câmara da Calheta: arquivo, 7; invasão, 64
Câmara do Topo: 17; escritvães da, 57-58; receitas, 17
Caminho para a Fajã de São João, 88
Caminho(s), destruição dos: 88; reparação de, 79, 94
Cancelas e bardos, 87
Capela: de Senhora da Ajuda (S. Lázaro), 62; do convento de S. Diogo, 15, 63
Capitães-mores do Topo, 31, 51-54
CARDOSO Sebastião, vereador, 95
CARDOSO, António, tanoeiro e guarda da vila do Topo, 81
CARDOSO, João, 70, 75
CARDOSO, Manuel, 85
CARDOSO, Pero, vereador, 79
Carência cerealífera, 22
Carne, preço da, 19
Carpinteiro: Antão Gomes, 80; António Cerveira, 80
Carta de licença, 17, 67
Carta de usança, 16, 66
CARVALHO, Pedro de Sousa, 57
Casa do concelho, bens da, 85
Casas da Câmara e Cadeia: 27; reparação, 34, 35
Celeiro comum, 32, 83
Centeio, 22
Cera: 22; proibição de exportação, 75-76
CERVEIRA, António: 35; carpinteiro, 80
CERVEIRA, Estêvão, 72, 73
CERVEIRA, Francisco, 82
CERVEIRA, Lázaro: procurador do concelho, 88; vereador, 92, 96
Cevada, 22
CHAGAS, Diogo das, frei, 14
Chuvvas devastadoras, 26

- COELHO, Catarina, 77
- COELHO, Inácio Dias: procurador do concelho, 93; vereador e capitão-mor, 92
- COELHO, Manuel, 70, 71, 77
- COELHO, Rafael, 82, 86
- Coirama: 22; proibição de exportação, 75-76
- Colonização de São Jorge, 62
- Companhias de Ordenanças no Topo, 56
- Concelho do Topo: defesa do, 38; extinção do, 37, 58, 67; limites, 31
- Confraria: de N. S. do Rosário: 72; do SS. Sacramento, 72
- Convento de Nossa Senhora do Rosário, 53;
- Convento de S. Diogo: 14, 15; fundador do, 62; padroeiros do, 15, 62-63
- Corregedor: António Raposo, 36, 94, 95; Diogo Machado Temudo, 28; Diogo Marchão Macedo, 31; Diogo Marchão Temudo, 35, 89-91; Filipe Ribeiro da Silva, 53; Henrique Henriques Quaresma, 53; João Correia de Mesquita, 32, 81; João Rodrigues, Pereira, 52; Luis Matoso Soares, 52; Manuel Figueira Delgado, 28, 29, 31, 35, 36, 93, 94; Roque da Silveira, 83; Sebastião Abreu Serrão, 52, 95; visitas do, 17, 28
- CORREIA, Francisco, vereador e capitão, 96
- CORREIA, Sebastião, 86
- Correição v. corregedor
- CORTE REAL, João Vaz, capitão-donatário, 9, 61
- CORTE REAL, Manuel, capitão-donatário, 37, 66
- COSTA, João Marcelino Vieira da, 58
- CUBAS, António Fernandes, 77
- Cultura de hortaliças, 73
- CUNHA, Baltasar da, 14, 21, 27, 62, 72, 74, 78, 79, 83, 86
- CUNHA, Bárbara da, 75
- CUNHA, Isabel da, 72

- CUNHA, Jorge da: 86; vereador, 80
CUNHA, Manuel de Azevedo da, padre, 5-7, 9, 12, 15, 17
CUNHA, Maria Josefa da, 52
CUNHA, Pero da: 28, 65, 66, 70, 72, 75; tausador, 73
Curral do concelho, 85
Defesa: 32; do concelho, 38
DELGADO, Manuel Figueira, corregedor, 28, 31, 93, 94
Demarcador das terras de mato: João Dias Gato, 80; Marcos Gonçalves, 80
Despesa da Câmara do Topo, 93-94
Despesas do concelho, 67, 68
DIAS, António: 74; procurador do concelho, 92
DIAS, Baltazar, 70
DIAS, Bartolomeu, guarda da Fajã de São João, 81
DIAS, Maria, 93
DIAS, Pedro: escrivão da Câmara, 64, 66; tabelião e escrivão da Câmara, 69; tabelião, 19
DIAS, Urbano de Mendonça, 38
Dízimo do vinho, 88
DOMINGOS, António, 85
Duque de Bragança, 64
ENES, Manuel Bernardo de Sousa, 15
ENES, Simão, 71, 72
Ermida de Nossa Senhora da Ajuda (S. Lázaro), 26; caminho para a, 94
Ermida de: Santa Rosa, 62; Santo Antão, 62; São João, 62; São Pedro, 62
Escravos, 22
Escrivães da Câmara do Topo, 57-58
Espírito Santo, festejos do, 11, 12, 13, 34
EVANGELHO, Pedro Nunes, procurador do concelho, 95
Exportação de trigo, proibição, 75-76
Exportação, proibição de, 75-76, 84

- FAGUNDES, André Fernandes, vereador, 95
- Faiãl*: 74; capitão-mor Diogo Gomes da Silveira, 10; famílias do, 8
- Fajã de São João*: 22; defesa da, 32; destruição das vinhas, 87; estrada para a, 23, 83, 88; porto da, 24; proibição de pernoita, 81
- Famílias preponderantes no Topo, 61
- Farinhas: juizes das, 22, 73; rendeiro das, 22
- Favais, 24
- Fazenda da Fajã de São João, 71
- FERNANDES, Álvaro, depositário do imposto 2%, 80
- FERNANDES, André, 72, 74, 78
- FERNANDES, António “Cubas”, 71
- FERNANDES, António: 36, 70, 76; porteiro da Câmara, 94; procurador do concelho, 65, 68, 69
- FERNANDES, Bartolomeu, 82
- FERNANDES, Diogo: 71, 77, 82; quadrilheiro, 73
- FERNANDES, Domingos: 69, 71, 73, 74; quadrilheiro, 35
- FERNANDES, Francisco “Saramago”, 71
- FERNANDES, Francisco: 36, 66, 68, 70, 79, 86; vereador, 68
- FERNANDES, Gaspar, 17, 74, 75, 78, 82
- FERNANDES, Gaspar, o “saramago”, 75
- FERNANDES, Gaspar, tausador, 68
- FERNANDES, Henrique, 83
- FERNANDES, Isabel, 72
- FERNANDES, João, 83
- FERNANDES, Lourenço, vereador, 93
- FERNANDES, Marcos, 82
- FERNANDES, Mateus: 37; arrematante da renda dos 2%, 85
- FERNANDES, Miguel, 77

- FERNANDES, Pero, 76, 82, 86; tecelão, 73, 78
FERNANDES, Simão, 73, 78
FERNANDES, Tomé: 70, 74, 76, 77, 82; guarda da vila,
81; juiz das farinhas, 73
FERREIRA, Manuel, 82
FERREIRA, Paulo, vereador, 91
Festa de São Sebastião, 34
Festejos do Espírito Santo, 11, 12, 13
FIGUEIRA, Manuel, corregedor, 35, 36
Finanças municipais, 36
Flamengos, vestígios dos, 13, 62
Fontes de água, 27, 79
Força do concelho, 85
FORJAZ, Jorge, 9
Fortes: da Fajã de São João, 56; do Topo, 56
Fortificação: 31, 32; do Topo, 81; no porto do Topo, 87
FRANCISCO, Fernandes, vereador, 18
FRANCISCO, João: 82; rendeiro das farinhas, 80
FREITAS, Simão de, porteiro da Câmara, 74, 79, 80, 81, 84
FRNANDES, Diogo, 82
FRUTUOSO, Gaspar, 8, 14, 19
Furtos de formiga, 89-90
Galego, João Rodrigues, 65
GATO, Gaspar, almotacé do mês, 81
GATO, João Dias: 25; demarcador das terras de mato, 80
GATO, Lucas, almotacé, 84
GLÓRIA, Maria Isabel da, viúva e proprietária do moinho
d'el-Rei, 95
GOMES, Antão, carpinteiro, 80
GOMES, António, 35, 83
GOMES, Francisco: 71, 74, 78, 86; juiz das farinhas, 73
GOMES, Gaspar, 23
GONÇALVES, Adrião, 71, 74, 78, 86

- GONÇALVES, Aleixo, 71, 74, 78; procurador do concelho, 91
- GONÇALVES, Amador, 86
- GONÇALVES, André, 71, 74
- GONÇALVES, António, 82
- GONÇALVES, Baltazar, 74, 75, 81, 83,
- GONÇALVES, Belchior, 7
- GONÇALVES, Cosme, 65, 75, 77
- GONÇALVES, Diogo, 76
- GONÇALVES, Domingos, 70, 75-77
- GONÇALVES, Fernão, 71
- GONÇALVES, Francisco, 65, 69
- GONÇALVES, Gaspar, 71
- GONÇALVES, Inês, 93
- GONÇALVES, Isabel, 71
- GONÇALVES, Jerónimo, 69
- GONÇALVES, Jorge: 36, 66, 70, 71, 77, 83, 86; vereador, 65, 68
- GONÇALVES, Manuel: 73; sapateiro, 27, 79
- GONÇALVES, Marcos: 25, 86; demarcador das terras de mato, 80; vereador, 96
- GONÇALVES, Pero: 65, 70, 75, 78; procurador do concelho, 91, vereador, 91
- GONÇALVES, Simão: 65, 74, 76, 78; juiz das farinhas, 73; procurador do concelho, 66
- GONÇALVES, Tomé, 70, 74, 76,
- GOULART, Diogo Luís: juiz da Câmara, 95; vereador, 92
- GOULART, João: 86; juiz da Câmara, 89; vereador, 92
- GRAÇA, José Joaquim da, 19
- Guarda: da Fajã de São João, 81; da costa, 76; da vila, 81; do porto, 76
- Guindaste para o porto, 33, 90
- HOMEM, Pero, 71, 76

- Homiziados na Fajã de São João, 73
- Hortaliças, 24
- Igreja Matriz: 62; arruinada, 83
- Imposto dos 2%: 37, 85; arrematante, António Luis, 81; depositário, Álvaro Fernandes, 80
- Imposto: do vinho 83; para o adro, 79; sobre produtos, 69
- Impostos: 72; lançamento de, 67, 73-75; renda do verde, 84
- Índia*, 19, 69
- JOANA, Maria, 61
- JOÃO II, rei, 9
- JOÃO, António: 86; procurador do concelho, 94; vereador, 96
- JORGE, Manuel Gonçalves, 86
- JORGE, Paulo, 65
- JORGE, Pero, 21, 70, 72, 74, 78
- Juiz dos resíduos e órfãos, 83
- Juízes das farinhas, 22
- Justiça no Topo, 89-90
- LEAL, Paulo Gomes, mamposteiro-mor, 88
- LEITE, José Guilherme Reis, 30
- LIMA, Manuel Coelho Baptista de, 6, 64
- Limites do concelho do Topo, 31
- LOPES, António: 35; homiziado na Fajã, 73
- LOPES, Baltazar da Cunha, juiz da Câmara, 92
- LOPES, Francisco: 26, 35, 71, 77, 86, 88; homiziado na Fajã, 73; juiz da Câmara, 65; procurador do concelho, 84
- LOPES, Jordão, 74
- LOPES, Maria, 75
- LUIS, Águeda, 72
- LUIS, Antonio: 82; sapateiro e arrematante do imposto de 2%, 81, 37
- LUIS, Diogo, escrivão da Câmara, 84

- LUIS, Francisco: 83; sapateiro e guarda da vila, 81
- LUIS, Isabel, viúva, 75, 77
- LUIS, João, 71, 77
- LUIS, Maria, 73
- LUIS, Pero, 82
- MACEDO, Diogo Marchão, corregedor, 31
- Macela, 26
- MACHADO, António Teixeira: juiz da Câmara, 92; vereador, 91
- MACHADO, Francisca de Sousa, 53
- MACHADO, João, 85
- MACHADO, Pedro da Cunha, juiz dos resíduos e órfãos, 83
- MACIEL, Afonso de Ponte, padre, 27, 79
- MACIEL, Gaspar Pacheco, mamposteiro-mor da ilha, 23, 89
- MACIEL, João Silveira, padre, 72
- MACIEL, Lucas, 20, 70, 77
- Mamposteiro da SS. Trindade, Diogo Vaz Salgado, 23, 88
- Mamposteiro-mor da ilha de São Jorge: Jorge Gaspar Pacheco Maciel, 23; Gaspar Pacheco Maciel, 89
- Mamposteiro-mor, Paulo Gomes Leal, 88
- Mantimentos: celeiro de, 32; falta de, 87
- Marcação do gado, 18
- MARQUES, António, vereador, 96
- MARQUES, Francisco, 93
- MARQUES, Gaspar, 82, 86
- MARQUES, José, procurador do concelho, 92
- MARQUES, Sebastião: 82, 83, 86; juiz da Câmara, 92; vereador, 89, 95
- MATOS, António de, 26
- MATOS, Artur Teodoro de, 5, 9, 11, 14, 62

- MATOS, Diogo de: 17, 66, 67; alcaide, 79; juiz da Câmara, 65, 75; procurador do concelho, 79
- MATOS, Diogo de, o moço, 75,
- MATOS, Diogo de, o novo, 77
- MATOS, Diogo de, o velho, 78
- MATOS, Diogo Pires de, 17
- MATOS, Druciana de, 70, 72, 73, 78,
- MATOS, João Pires de, 62
- MATOS, João, 82
- MATOS, Jordão de: 36, 66, 69, 76,77; vereador, 68
- MATOS, Manuel de: 70, 78; escrivão do mamposteiro-
-mor, 89
- MATOS, Maria de, 73
- Matriz do Topo: adro da, 26,27, 78, 79; arruinada, 33,
retábulos, 11; sino da, 18
- Medidas da Câmara, modelos, 68
- MENDES, Diogo de Matos, procurador do concelho, 84
- MENDES, Pero, 85
- MENESES, Avelino de Freitas de, 9, 14
- MESQUITA, João Correia de, corregedor, 32, 81
- Milicianos, companhia de, 31, 32, 81
- Missa da terça, 33, 69
- Moinho d'el-rei: 22, 80, 81; proprietário do, 96; rendas
dos, 94, situação do, 96
- Moiros, ameaça dos, 33, 81, 87
- Moleiro, obrigações do, 22, 81
- MORAIS, Baltazar Fernandes de: 57, 84; escrivão da
Câmara, 81; tabelião, 84 vereador, 84
- MORAIS, Baltazar Fernandes, tabelião, 89
- NARCISO, Armando, 12, 13
- Nordeste*, concelho do, arquivo, 7
- NORONHA, Pedro Homem Pimentel de, 52, 53
- Novidade, proibição de exportar, 76

- NUNES, Lázaro: 93; vereador, 95
- Obras de utilidade pública, 25
- Ofícios e mesteres: carpinteiro, 80; demarcador das terras de mato, 80; moleiro, 81; padeira, 80, 81, 84, 85; pedreiro, 87; pescador, 81, 88; sapateiro, 27, 79, 81; tanoeiro, 81; tecelão, 73, 78
- OLIVEIRA, João Brasil Gonçalves de, 58
- OLIVEIRA, João de, 74, 75
- OLIVEIRA, Jorge Goulart de, 55, 57
- OLIVEIRA, Pero de, 70
- Ordenança(s): armamento, 56; nova Companhia de, 81-82
- Ouvidor de Justiças do Pico, Francisco Silveira Vila-Lobos, 10
- Ouvidor do capitão donatário: 29; Guilherme da Silveira, 16
- Ouvidores, abusos dos, 30, 90
- PACHECO, António, vereador, 80, 84
- Padeira: Águeda da Silveira, 22; Francisca Rodrigues, 22, 81; Isabel Ramalho, 87
- Padeiras(os) do concelho, 22, 80, 83
- Padroeiros do convento de S. Diogo, 15, 62-63
- Padrões de pesos e medidas, 85
- Pagamento de salários, 37
- Pão, distribuição ao povo, 80
- Património camarário, 20
- Pedreiro, Manuel Pires, 32, 87
- Peixe, 24
- Pelourinho do concelho, 85
- PEREIRA, Alexandre, ajudante, 53
- PEREIRA, António Vaz, 82, 85
- PEREIRA, António, vereador, 91
- PEREIRA, Bartolomeu Fernandes, 72
- PEREIRA, Gabriel, 85

- PEREIRA, João Machado, padre, 53, 63
PEREIRA, João Rodrigues, corregedor, 52
PEREIRA, Pedro Dias: alferes e juiz da Câmara, 82; juiz da
Câmara, 79, 80
Pernoita, proibição de pernoita na Fajã de São João, 81
Pesca, 23
Pescador, António Soares, 88
Pesos e medidas, padrões do concelho, 85
Pico: governador da ilha do, Diogo Gomes da Silveira, 10;
ouvidor de justiça, Francisco Silveira Vila-Lobos, 10
PIRES, Adriana, 9
PIRES, Manuel, pedreiro, 32, 87
PONTE, Lourenço da: 33, 83, 86; fiador de obra pública,
87; , sargento e juiz da Câmara, 82
População do Topo, 19
Porteiro da Câmara, vencimento do, 84
Porto do Topo: acesso ao, 25, 26; bandeira sobre o, 83;
guindaste do, 33; melhoramentos no, 93
Porto: da Fajã de São João, 24; do Topo, 27, 28
Portos, encerramento dos, 81, 87
PORTUGAL, Afonso de, (D.), capitão-donatário, 36
Povoamento de São Jorge, 13
Preço das carnes, 19
Privilégios do mamposteiro, 89
Procissão de sexta-feira, 69
Procissões religiosas, 33
Proibição de analfabetos exercerem cargos camarários, 95
Proibição de exportação de novidades (trigo, cevada e cen-
teio), 75, 76, 84
QUADRADO, Gaspar Fernandes, procurador do concelho,
80
QUADRADO, João, juiz da Câmara, 84
QUADRADO, Pero: 83, 86; vereador, 79

- Quadrilheiro: 73; Domingos Fernandes, 35
QUARESMA, Henrique Henriques, corregedor, 53
Quaresma, procissões da, 33, 69
RAMALHO, Domingos, 93
RAMALHO, Isabel do, 87
RAMALHO, João, 74, 86
RAMALHO, Manuel, 75, 76, 78
RAPOSO, António, corregedor, 36, 94, 95
Receitas da Câmara do Topo, 37, 38, 68, 69, 93
Redízima do capitão-donatário, 94
Registos paroquiais do Topo, 61
Religiosidade, 33
Renda: do verde, 38, 84, 93; dos moinhos, 94
Rendeiro das farinhas: 22; João Francisco, 80
Ribeira de São Pedro, 73
Ribeira Grande, concelho da, arquivo, 7
Ribeira Seca: 8, 24, 52, 53, 65, 72, 83; casamentos na, 10
RIBEIRO, capitão, 65
RIBEIRO, Ciprião, 74, 75
ROCHA, Joana da, 73
RODRIGUES, André, 83
RODRIGUES, Diogo: 71; porteiro da Câmara, 66, 69, 76
RODRIGUES, Francisca: 85; padeira na vila do Topo, 22, 81
RODRIGUES, Francisco, 23, 88
RODRIGUES, Gaspar, 70-72, 78
RODRIGUES, Jerónimo, 83
RODRIGUES, João Bernardo de Oliveira, 8
RODRIGUES, João Rodrigues, o velho, 74
RODRIGUES, João, galego, 65
RODRIGUES, João, o moço, 75
RODRIGUES, João, o velho, 63, 71, 77

- RODRIGUES, João: 17, 67, 77, 86; procurador do concelho, 75, 66
- RODRIGUES, Manuel, 71, 76, 77, 82
- RODRIGUES, Vitor Luís Gaspar, 14
- Rol do prometimento, 68
- ROSA, Manuel da: 83, 85; vereador, 84
- Roubos, 29
- Salário(s): de trabalhador, 88; do escrivão da Câmara, 94
- SALGADO, António Vaz, 88; tausador, 85
- SALGADO, Diogo Vaz: juiz da Câmara, 80; mamposteiro da SS. Trindade, 23; vereador, 92
- SANTA CLARA, Úrsula de, freira, 53
- Santo Antão*, 34
- SANTOS, José Avelino dos, 9
- São Jorge*, famílias de, 8
- São Sebastião, festa de, 34, 84
- São Tiago (Ribeira Seca)*, 61
- Sapateiro: António Luis: 37, 81, Francisco Luis, 81; Manuel Gonçalves, 79
- SARAMAGO, Francisco Fernandes, 71
- SARAMAGO, Gaspar Fernandes, 70
- SARDO, Delfim, 9
- Sargentos-mores do Topo, 55-56
- SERAFINS, Maria dos, freira, 53
- SERPA, Luís Nemésio Pereira, 6
- SERRÃO, Sebastião de Abreu, corregedor, 52, 95
- SERRÃO, Vitor, 9
- SILVA, Filipe Ribeiro da, corregedor, 53
- SILVEIRA, Baltazar da Cunha da, vereador, 89
- SILVEIRA, Pero Correia, juiz da Câmara, 91
- SILVEIRA, Águeda da, padeira, 22, 85
- SILVEIRA, Amaro, capitão-mor, 24
- SILVEIRA, Ana, 17

- SILVEIRA, António da, juiz da Câmara, 92
- SILVEIRA, António de Matos da: 84, 94; juiz da Câmara, 91; vereador, 89
- SILVEIRA, António Leal da, procurador do concelho, 96
- SILVEIRA, António, 28
- SILVEIRA, António: 72, 74, 77; tausador, 73
- SILVEIRA, Baltazar da Cunha da, escrivão da Câmara, 95, 96
- SILVEIRA, Bartolomeu Machado da, 52, 55
- SILVEIRA, Diogo de Matos da, padre, 15, 62
- SILVEIRA, Diogo Gomes da, cap-mor do Faial e governador da ilha do Pico, 10
- SILVEIRA, Francisco Correia da: 93; cap. de companhia de Ordenança, 95; juiz da Câmara, 95; vereador, 91
- SILVEIRA, Gabriel Teixeira da: 3, 51, 52; capitão e juiz da Câmara, 33, 80, 82, 84
- SILVEIRA, Gaspar Nunes da, padre, 53, 63
- SILVEIRA, Guilherme da, capitão-mor de São Jorge: 51; ouvidor do capitão-donatário, 10, 66
- SILVEIRA, Guilherme da: 8; brasão de armas, 9; povoador, 61
- SILVEIRA, Inácio Xavier da Silveira, capitão, 53
- SILVEIRA, Jacinto Mateus da, 55, 57
- SILVEIRA, João de Matos da, tausador, 85
- SILVEIRA, José Francisco da, 24, 53
- SILVEIRA, José Joaquim Borges de Azevedo e, 58
- SILVEIRA, Lázaro, 86
- SILVEIRA, Manuel Jacinto Borges da, foi casado com a proprietária do moinho d'el-Rei, 96
- SILVEIRA, Manuel, do Faial, 74
- SILVEIRA, Margarida, 74
- SILVEIRA, Martim Afonso Jardim Cunha da, 9, 10
- SILVEIRA, Pedro da, 20

- SILVEIRA, Pedro Teixeira da: 51, 52, 93, 94; cap.-mor, 62, 95, 96; vereador, 95
- SILVEIRA, Roberto Machado da, 57
- SILVEIRA, Roque da, corregedor dos Açores, 83
- SILVEIRA, João, 77
- SILVEIRAS, armas dos, 10
- SIMÃO, António: 86, 94; procurador do concelho, 81, 96; vereador, 91
- SIMÃO, Baltazar Gonçalves, 82, 86
- Sino para a Matriz, 18, 68
- SOARES, António: 23; pescador, 88
- SOARES, João, 23, 88
- SOARES, Luis Matoso, corregedor, 52
- SOUSA, António da Silveira de, 53
- SOUSA, Francisco da Silveira, juiz da Câmara, 92
- SOUSA, Gaspar Gaio de, vereador, 91
- SOUSA, Gaspar Gato de, juiz da Câmara, 84, 96
- SOUSA, J. Duarte de, 9
- SOUSA, João Teixeira Soares de Sousa, 8
- SOUSA, José Silveira de, 57
- SOUSA, Miguel António da Silveira e, capitão-mor da Calheta, 63
- SOUSA, Pedro da Silveira e; 57; alferes, 53
- SOUSA, Simão Gonçalves de: 93; vereador, 92
- SOUSA, Tomé da Silveira e, 52, 53, 57
- SOUTO MAIOR, Bartolomeu da Silveira, 53, 55
- Tabelião: 69, 76; e capitão-mor, António Silveira, 52; António Silveira Borges, 89, 95; Baltazar Fernandes Morais, 89
- Tanoeiro, António Cardoso, 81
- Tausadores, 85
- Tecelão: Pero Fernandes: 78; Pero da Rocha, 73

- TEIXEIRA Jorge Cunha, cap. de companhia de Ordenança, 95
- TEIXEIRA, André Dias, 94
- TEIXEIRA, António de Azevedo, sargento-mor da Calheta, 53
- TEIXEIRA, Baltazar da Cunha, 93
- TEIXEIRA, Belchior da Cunha, 55
- TEIXEIRA, João Luís, 93
- TEIXEIRA, João: juiz da Câmara, 89; vereador, 95
- TEIXEIRA, Jorge da Cunha: 93; capitão, 93; juiz da Câmara, 91, 94
- TEIXEIRA, Manuel Ferreira: 94; juiz da Câmara, 95
- TEIXEIRA, Pedro, 72, 74, 78
- TEMUDO, Diogo Machado, corregedor, 28
- TEMUDO, Diogo Marchão Temudo, corregedor, 35, 89-91
- Terceira*, famílias da, 8
- Terramoto de 1757, 53
- Topo*: arquitectura do, 10; casamentos no, 10; casario do, 11; defesa do, 32; escalas no, 11; famílias do, 10; povoamento, 9; vereações do, 16; concelho do, área do, 14; concelho do, armas, 8-9; concelho do, arquivo, 6; concelho do, extinção, 5-6
- Trajes, 11
- Tributação, 36,37
- Trigo: depósitos do, 75; exame do, 70; guarda do, 20; impostos sobre o, 20; nova colheita, 76; preço do, 19; produção de, 20, 21; produtores de, 20; proibição de exportar, 75-76, 84
- UTRA, Jorge d', 8
- VASCONCELOS, Pedro Mendes de, 57
- VAZ, Diogo, 83, 86
- VAZ, Francisco, 82
- Velas*: 13; concelho das, arquivo, 7

- VIEIRA, Afonso, 65, 72, 74, 76, 77
VIEIRA, Bastião: 74; vereador, 66, 72
Vigia, casa de, 81
Vigias, 87
Vila franca do Campo, concelho de, arquivo, 7
Vila Nova do Topo, criação da, 61
VILA-LOBOS, Francisco da Silveira: 26; herdeiros de, 88;
ouvidor de justiças da ilha do Pico, 10
Vimeiros, 24
Vimes, cultura de, 73
Vindimas na Fajã de São João, 87-88
Vinhas, destruição na Fajã de São João, 87
Vinho: 23; produção de, 22, 88; proibida a exportação, 84;
taxa, 83

Índice Geral

Introdução	5
ANEXOS	
Capitães-mores do Topo	51
Sargentos-mores	55
Escrivães da Câmara	57
Factos e Nomes	59
Bibliografia	97
Índice analítico	99

Artur Teodoro de Matos, natural da Ilha de S. Jorge (Açores), é professor catedrático da FCSH da Universidade Nova de Lisboa (aposentado). Foi ainda professor nas Universidades dos Açores (UA), de Macau (UM) e Católica Portuguesa (UCP). Na UA organizou o Departamento de História e o Centro de Estudos Doutor Gaspar Frutuoso. Na UNL criou o mestrado de História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa e o CHAM – Centro de História de Além Mar. Na UM lançou o Departamento de Estudos Portugueses e o Centro de Estudos Luso-Asiáticos. Na UCP foi vogal e vice-presidente do CEPCEP e director da HUMANITAS – *Unidade de coordenação da Investigação Científica* da FCH. Foi também director do Centro de Estudos Damião de Gois da CNCDP/ANTT e do Centro de Pré-história e Arqueologia do IICT. Tem proferido cursos e conferências em diversas universidades e em outros locais do mundo e é autor de muitos estudos e livros, quase todos sobre os Descobrimentos e Expansão Portuguesa, área da sua especialidade, nomeadamente Açores e Índia.

Belarmino Ramos nasceu no Topo (S. Jorge) a 7 de dezembro de 1954. Bacharel em educação (1º ciclo), desempenhou os cargos de Animador Pedagógico, Coordenador concelhio de Educação Permanente, formador do Instituto Irene Lisboa (SPRA) e da Associação de Escolas, na área da expressão dramática. É ator do grupo de teatro Alpendre desde 1976. Publicou os livros *Dentro do Mesmo Abraço*, *Silveirinha: Fazedor de Versos e de Amigos* e *João Vital – Poeta de Todas as Luas*. Participou como ator em várias séries televisivas produzidas pela RTP-Açores.

